



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR - PGCULT



ARIANA KELLY MARTINS COSTA

ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO: a requalificação
por meio da Permacultura, como alternativa de sustentabilidade ambiental

São Luís (MA)

2022

ARIANA KELLY MARTINS COSTA

ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO: a requalificação
por meio da Permacultura, como alternativa de sustentabilidade ambiental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

São Luís

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Ariana Kelly Martins.

ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO : A
requalificação por meio da Permacultura, como alternativa
de sustentabilidade ambiental / Ariana Kelly Martins
Costa. - 2022.

102 f.

Orientador(a): Antonio Cordeiro Feitosa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2022.

1. Ilhinha. 2. Permacultura. 3. Requalificação de
espaços urbanos. 4. São Luís-Maranhão. I. Feitosa,
Antonio Cordeiro. II. Título.

ARIANA KELLY MARTINS COSTA

ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO: a requalificação
por meio da Permacultura, como alternativa de sustentabilidade ambiental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestra.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Feitosa

Doutor em Geografia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profa. Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Doutor em Geografia
Universidade Estadual do maranhão (UEMA)

A todos que acreditam em um espaço urbano mais sustentável, com qualidade de vida, inclusão social, saúde e dignidade para as pessoas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me conceder discernimento, sabedoria e equilíbrio para enfrentar os desafios diários.

A minha família, em especial ao meu esposo e filho amado que cederam preciosas horas do nosso convívio para que esse trabalho fosse concluído com eximia dedicação e esforço.

Ao professor Antonio Cordeiro, que com sua sabedoria e rica experiência só reforçaram meu apreço e admiração pela sustentabilidade, a paisagem urbana e o paisagismo, bem antes de ingressar para o curso de Arquitetura e Urbanismo e o mestrado de Cultura e Sociedade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em e Cultura e Sociedade que me transmitiram conhecimentos valiosos e de grande relevância para a elaboração deste trabalho e aos colegas de curso que tanto contribuíram com conhecimento, força e sabedoria sobre a vida.

Ao professor Antônio Ferreira, que contribuiu de forma significativa e rica, agregando conhecimento e orientação como meu orientador de estágio na disciplina de Geografia urbana e por se dispor a participar das minhas bancas de pré-qualificação e qualificação de mestrado.

A professora Klautenys, que com toda sua sabedoria contribuiu de forma significativa para as minhas bancas de pré-qualificação e qualificação de mestrado.

A comunidade da Ilhinha que abriu suas portas para mim durante a inúmeras visitas realizadas a este logradouro, tão necessitado, mas também com grande potencial no que diz respeito a sua paisagem urbana.

Ao Senhor Carreirinha, presidente da Associação de moradores da Vila Portelinha, exemplo de altruísmo e por defender os direitos dos moradores dessa comunidade, que se prontificou a me ajudar no que foi preciso para que essa pesquisa fosse finalizada.

A minha amiga, sócia e parceira de jornada profissional, Larissa Assunção pelas palavras de incentivo, paciência e compreensão quanto a minha ausência durante a elaboração deste trabalho, que tem tanto propósito em minha vida.

Aos muitos que estiveram junto de mim nessa jornada, me incentivaram a concluir esse projeto e colaboraram de alguma forma com a finalização deste trabalho, deixo minha profunda gratidão.

Se teus projetos forem para um ano,
semeia o grão, se forem para dez anos,
planta uma árvore, se forem para cem
anos, educa o povo.

Proverbio Chinês

RESUMO

A apropriação de espaços urbanos tem sido uma alternativa para o seu uso sustentável, condição reiterada na capital do Maranhão. A presente pesquisa tem por objetivo analisar a relevância da requalificação de áreas da Ilhinha, em São Luís-Maranhão, por meio da Permacultura, considerando a convivência social, geração de renda e qualidade de vida, como alternativa de sustentabilidade. A pesquisa evoca a memória socioespacial da comunidade acerca de sua organização, enfocando a relevância da requalificação das áreas em disfunção social, por meio da Permacultura. A metodologia compreende pesquisa documental e de campo, adotando-se como procedimentos: análise da literatura sobre o objeto de estudo, registro fotográfico e informações da construção da história, e observação participante da vivência socioespacial dos moradores. Devido à pandemia do Coronavírus, a pesquisa foi realizada de forma híbrida, por meio de entrevista semiestruturada com lideranças comunitárias, assim como moradores antigos que fizeram parte da construção da história e da memória da área, que têm conhecimento acerca da dinâmica socioespacial e realização de visita a campo, quando necessário. Os resultados evidenciam a necessidade de ampliação de áreas verdes e espaços de lazer. Não foi observado sentimento de pertencimento da comunidade da Ilhinha pelo logradouro que ocupa, bem como foi observado decepção da comunidade, pelas carências apontadas neste trabalho.

Palavras-chave: Requalificação de espaços urbanos. Permacultura. Ilhinha, São Luís-Maranhão.

ABSTRACT

The appropriation of urban spaces has been an alternative for their sustainable use, a condition reiterated in the capital of Maranhão. The presente research aims to analyze the relevance of requalifying areas of the Ilhinha, in São Luís-Maranhão, through Permaculture, considering social coexistence, income generation and quality of life, as an alternative for sustainability. The research evokes the memory and the socio-spatial of the community about its organization, focusing on the relevance of the requalification of areas in social dysfunction, through Permaculture. The methodology comprises documentary and field research, adopting as procedures: analysis of the literature on the object of study, photographic record and information on the construction of history, and participant observation of the residents' socio-spatial experience. Due to the Coronavirus pandemic, the research was carried out in a hybrid way, through semi-structured interviews with community leaders, as well as former residents who were part of the construction of the history and memory of the area, who are aware of the socio-spatial dynamics and realization of field visit when necessary. The results show the need to expand green areas and leisure spaces. There was no feeling of belonging of the community of Ilhinha by the street it occupies, as well as disappointment of the community, due to the shortcomings pointed out in this work.

Keywords: Requalification of urban spaces. Permaculture. Ilhinha, São Luís-Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Manifestação por moradia digna, Rio de Janeiro	23
Figura 2 – Uso e ocupação do solo da Ilhinha, Maranhão.	25
Figura 3 – Horta do Capão Redondo, São Paulo	32
Figura 4 – Projeto Hortas que valem, Jardim Primavera, São Luís, MA.	33
Figura 5 – Horta do Ciclista - SP	41
Figura 6 – Projeto de requalificação da Horta do Ciclista, São Paulo	42
Figura 7 – Hortas urbanas em meio aos arranha-céus de São Paulo.....	45
Figura 8 – Áreas funcionais de São Luís em 1951	49
Figura 9 – Mapa da ilha do Maranhão, com divisão em municípios e bairros	60
Figura 10 – Delimitação da Ilhinha	61
Figura 11 – Barracões no Residencial São Francisco, entorno da Ilhinha.	63
Figura 12 – Lixo a céu aberto na Ilhinha	69
Figura 13 – Casa construída com sobras de material construtivo.....	70
Figura 14 – Zona 01 – Ilhinha.....	71
Figura 15 – Rua paralela ao terreno da Zona 01.....	72
Figura 16 – Zona 02 – Ilhinha.....	73
Figura 17 – Praça Botafogo.....	73
Figura 18 – Zona 03 – Residencial da Jansen	74
Figura 19 – Terreno no Residencial da Jansen.....	75
Figura 20 – Palafitas em construção na Ilhinha.....	76
Figura 21 – Praça pública e quadra esportiva, Av. Ferreira Gullar.....	77
Figura 22 – Acúmulo de lixo na Avenida Ferreira Gullar	78
Figura 23 – Calçamento da Avenida Ferreira Gullar, 2022	79
Figura 24 – Crianças brincando em uma rua na Ilhinha.....	79
Figura 25 – Palafitas, Ilhinha.....	85
Figura 26 – Praça Botafogo, Ilhinha	86
Figura 27 – Moradores jogando jogos de tabuleiro embaixo de uma árvore, Ilhinha	87
Figura 28 – Praça improvisada pelos moradores, Ilhinha	87

Gráficos

Gráfico 1 – População Jovem na Ilhinha.....	67
Gráfico 2 – Escolaridade da população da Ilhinha	68

Gráfico 3 – Domicílios particulares sem banheiro ou sanitário.....	70
Gráfico 4 – Atividades de lazer mais realizadas na Ilhinha	83
Gráfico 5 – Principais necessidades de lazer na Ilhinha	84

Quadros

Quadro 1 – Expressões anônimas e autorais utilizadas no Brasil para denominar as situações de vacância urbana.	24
Quadro 2 – Componentes da Qualidade Ambiental urbana.	28
Quadro 3 – As 10 Cidades latino-americanas líderes em hortas urbanas.	31
Quadro 4 – Benefícios das Hortas Urbanas	45

Tabelas

Tabela 1 – Renda da população da Ilhinha	67
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC	Associação Beneficente Esportiva Cultural da Vila Portelinha
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NAVE	Organização não Governamental em prol da natureza, arte, vida e ecologia
ONG	Organização não governamental
PIB	Produto Interno Bruto
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
ZIS	Zona de Interesse Social
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A REQUALIFICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO	18
2.1 As áreas subutilizadas como problemática das cidades	21
2.2 A requalificação como alternativa de Sustentabilidade ambiental	26
2.3 A Permacultura e seus princípios	34
2.4 Os benefícios da Permacultura na requalificação urbana	40
3 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUIS	46
3.1 A expansão urbana de São Luís e o planejamento urbano	50
3.2 As áreas subutilizadas e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade	54
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: Ilhinha	58
4.1 Histórico	61
4.2 Espaço Urbano e Equipamentos Urbanos	65
4.3 População	66
4.4 Renda	67
4.5 Escolaridade	68
4.6 Saúde e Saneamento Básico	69
4.7 Mapeamento das áreas residuais: as áreas subutilizadas na Ilhinha	70
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: cenários atuais na Ilhinha	75
5.1 Aplicação da entrevista semiestruturada	80
5.2 A comunidade da Ilhinha diante da Requalificação Urbana	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	97
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	98
APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	101

1 INTRODUÇÃO

No cenário da sociedade atual, observa-se como problema o crescimento exponencial da população e dos espaços urbanos, motivado por fatores ativos ancorados na industrialização ou em outros processos produtivos, que trazem consigo mudanças tecnológicas significativas para sociedade. Contudo, este fato também acarretou muitas demandas sociais, espaciais e ambientais, dentre elas, a redução da qualidade ambiental urbana, e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. No Brasil, a urbanização acelerada gerou, principalmente nas regiões metropolitanas, grande desigualdade econômica, exclusão social e segregação espacial (SIQUEIRA, 2008).

O estudo da qualidade ambiental urbana é um importante instrumento de planejamento da organização do espaço e do uso do solo urbano, pois está relacionado à qualidade de vida da população cuja conquista implica a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental.

Com o processo de urbanização acelerado a partir da década de 1970, houve o agravamento da degradação ambiental, que motivou uma preocupação maior com a qualidade ambiental e da vida da população, conceitos indissociavelmente vinculados (GUIMARÃES, 1984) cuja abordagem incorporou maior abrangência passando a agregar as perspectivas: econômica, social, biológica, psicológica, cultural e ambiental.

Paralelamente ao processo de crescimento urbano desenfreado, ao passo que a cidade crescia “pequenas aglomerações” surgiam como ocupações irregulares, as chamadas periferias, ou seja, áreas que recebiam poucos investimentos estruturais por parte do governo e tinham boa parte da sua população com baixo poder aquisitivo. Nestes locais era possível encontrar áreas ociosas, sem cumprimento da função social ou urbana, verdadeiros vazios urbanos.

Os processos migratórios desencadeados pelo êxodo rural e os movimentos intraurbanos, que ocorrem de forma intensa no Brasil, acarretaram muitas consequências negativas para as cidades, tais como a favelização, o surgimento das periferias, o crescimento da violência e a degradação do ambiente por falta ou deficiência de planejamento do uso e ocupação do solo, poluição e riscos de

enchentes, deslizamentos e insegurança alimentar, sanitária e educacional entre outros.

O Maranhão, apesar de ser o estado com menor índice de urbanização dentre as unidades da federação brasileira (IBGE, 2010) superou os índices nacionais com a aceleração desse processo, apresentando grande aumento da população urbana nas últimas três décadas.

Compatível com a acelerada urbanização do Brasil do final do século XX, o crescimento urbano do Maranhão encontra suas causas e características em um conjunto de fatores combinados, originados ainda na década de 1930, mas que se aprofunda violentamente a partir da década de 1960. O golpe militar de 1964 e a instituição da política de desenvolvimento nacional, direcionada para estreitar a inserção do país no sistema capitalista internacional (FERNANDES, 2006), está na base das demais determinantes do movimento de migração em direção às cidades brasileiras.

Em São Luís, na área denominada Ilhinha, localizada no setor Norte da capital maranhense, observam-se muitas áreas sem o cumprimento da função social, ora por não terem condições estruturais de atender às necessidades da população, ora pela própria população não ter o sentimento de pertencimento ao lugar. Em alguns casos, tais espaços se constituem vazios urbanos, espaços que perderam sua identidade enquanto parte integrante da cidade, que são em sua maioria, tratados como espaços de uso desqualificado, que se constitui como o problema desta pesquisa.

As áreas urbanas ociosas, quando requalificadas e transformadas, podem ser adequadas aos interesses da cidade e dos cidadãos, de modo a apelar à participação da comunidade a transformar estes espaços, que não têm um papel ativo, em lugares úteis social, cultural e economicamente. Neste conceito, a Permacultura urbana, é um importante instrumento de requalificação urbana, podendo proporcionar áreas de convívio com qualidade ambiental, e gerar renda à população, atribuindo valor e sentido devidos e, conseqüentemente, função social.

As Hortas Urbanas, entre outras estruturas operativas, podem converter os vazios em espaços ocupados com atividades integrantes do que é designado por Permacultura Urbana, utilizada para identificar e definir distintas realidades e tipologias, uma vez que “consiste na elaboração, implantação e manutenção de ecossistemas” para garantir a estabilidade dos sistemas ambientais naturais,

contribuindo para prover energia, moradia e alimentação humana de forma harmoniosa com o ambiente (MOLLISON, 1999, p. 38).

Na origem, a prática da Permacultura era empregada apenas ao manejo com a terra. Contudo, com a conscientização da população quanto à importância da sustentabilidade em vários segmentos, o conceito vem sendo ampliado sob uma visão mais sustentável para outras ciências.

Conforme Hendersson (2012, p. 16), “inicialmente um sistema de Agricultura Sustentável, que posteriormente recebeu contribuições de outras áreas. Mais tarde englobou a Economia, estratégias financeiras e de negócios”, ou seja, uma ciência multidisciplinar que traz uma contribuição rica para a sociedade, tanto no ponto de vista social, ambiental e econômico, trabalhado por várias áreas, cada uma com o seu saber.

A área da Ilhinha apresenta muitas carências de políticas públicas e a população que reside nesta área possui pouco acesso à infraestrutura e aos serviços que oferecem melhoria na qualidade de vida. A insuficiência de equipamentos urbanos básicos é notória, além de várias áreas livres serem utilizadas para acúmulo de resíduos, sem cumprimento da função social.

Com esta pesquisa objetiva-se analisar a relevância da requalificação de áreas subutilizadas na Ilhinha por meio da Permacultura, como uma proposta de sustentabilidade ambiental, de forma a sensibilizar a comunidade, visando não somente a requalificação do bairro, como também a requalificação ambiental da cidade.

Como objetivos específicos, ela busca analisar o referencial teórico acerca da importância da Permacultura nas grandes cidades; dimensionar como a Permacultura urbana se relaciona com a requalificação ambiental urbana por meio da sua implantação em vazios urbanos; coletar dados espaciais de vazios urbanos no bairro Ilhinha, São Luís, Maranhão; realizar o registro fotográfico e socioeconômico dos espaços mais representativos da área de estudo; realizar entrevista semiestruturada com os participantes dessa pesquisa, acerca da requalificação de vazios urbanos nesta área, por meio da Permacultura.

Neste estudo, fez-se uso de uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, associada à pesquisa de campo, qualitativa, buscando-se compreender a opinião dos entrevistados acerca da temática em foco, bem como do processo de formação socioespacial da Ilhinha.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai a campo buscar entender o fenômeno e por meio de contato com os envolvidos ele busca compreender o objeto de estudo e como se dá a dinâmica dos participantes envolvidos. A pesquisa documental também será utilizada e é um rico instrumento de coleta de dados, por oferecer subsídios para auxiliar na conceituação e problematização do objeto de estudo, assim como por permitir a discussão e diálogo acerca da temática sob várias óticas, com base em material científico oriundos de periódicos, artigos científicos, legislações que tratam da temática, sobretudo que fornecem indicadores sociais, bem como a pesquisa de campo.

Participarão da pesquisa sujeitos que ocupam papéis de lideranças comunitárias na Ilhinha, que fazem parte da Associação de Moradores da comunidade, assim como, moradores antigos que fizeram parte da construção da história do bairro, moradores que tem conhecimento acerca da dinâmica sócio espacial, residentes nas áreas mapeadas como vazios urbanos.

Muitos marcos teóricos são explorados nesta pesquisa, entre eles a sustentabilidade apoiada na Permacultura como estratégia de requalificação urbana, a biofilia, como necessidade inata do ser humano em manter-se em contato com a natureza para alcançar saúde e bem-estar, o espaço urbano exposto por meio do seu uso e dos contrastes sociais e mudanças que ocorreram em São Luís e na Ilhinha, a identidade de seus moradores, marcada pela caracterização da área e de seus usos pelos moradores, bem como as necessidades destes; a cidade, que é vista como palco de lutas, processo de transformação e campo de exclusão social e a memória, vista sob a ótica dos próprios moradores da Ilhinha, sobretudo dos que fizeram parte das lutas sociais e do processo de formação desse espaço.

No primeiro capítulo aborda-se as problemáticas confrontadas pelas cidades, a importância do processo de requalificação urbana e uma abordagem sobre a Permacultura, utilizada como estratégia de requalificação, seus princípios e benefícios nos grandes centros urbanos. No segundo capítulo enfatiza-se como ocorreu a formação do espaço urbano de São Luís, dando ênfase para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, em conformidade com seu Estatuto. O terceiro

capítulo foca no espaço urbano e social da Ilhinha, destacando os indicadores sociais e espaciais mais relevantes para essa pesquisa, as áreas mapeadas como vazios urbanos, como forma de situar o leitor neste cenário. O quarto capítulo aborda a pesquisa de campo, com ênfase na opinião da comunidade diante de uma proposta de requalificação da área por meio da Permacultura, assim como a análise dos resultados oriundos da observação pela pesquisadora e da aplicação da entrevista semiestruturada com os participantes, como forma de sensibilizar a comunidade acerca da requalificação da área por meio da Permacultura.

O interesse pelo estudo dessa temática surgiu a partir de uma pesquisa realizada pela autora durante a elaboração do seu trabalho de conclusão do curso em Arquitetura e Urbanismo, após intensas investigações e estudos realizados na Ilhinha, onde foram mapeadas algumas áreas livres, que são objeto deste estudo e que têm potencial para serem requalificadas por meio da Permacultura. Contudo, é necessário obter a observação da comunidade diante de uma proposta como esta, tendo em vista que se trata de um estudo inédito nesta área.

O interesse pela temática também surgiu após uma experiência da autora no primeiro semestre de 2019, quando ainda era graduanda, em um projeto de extensão de readequação de áreas livres abandonadas (praças), na comunidade do Jaracaty, São Luís, para fins de lazer e qualidade ambiental. A autora teve o primeiro contato com a comunidade da Ilhinha, no segundo semestre de 2019, período que realizou o seu trabalho de conclusão de curso.

Além destes argumentos expostos, a Permacultura, mesmo que tenha surgido como alternativa a agricultura, é uma área que mostra riqueza em interdisciplinaridade, englobando áreas como a Agronomia, Paisagismo, Geografia urbana, Arquitetura, Urbanismo, Gestão ambiental, Biologia, Sociologia, entre outras áreas que serão abordadas nesta pesquisa por meio de conhecimento teórico acerca do tema.

A autora acredita ser possível aliar as formações que possui, em Serviço Social e em Arquitetura e Urbanismo, buscando explorar os pilares social e econômico da Sustentabilidade, com vistas a discutir o pilar ambiental associado à temática do espaço urbano.

2 A REQUALIFICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO

Este capítulo terá como foco aspectos da requalificação urbana e Permacultura como estratégias de sustentabilidade ambiental para o espaço urbano, sobretudo, em áreas que não cumprem com a função social. O capítulo também traz como foco o conceito de Permacultura e seus princípios.

No final do século XX o que se via no cenário urbano e social era a emergência da necessidade de revitalização das cidades por meio de intervenções urbanas, devido ao envelhecimento de zonas de construção do pós-guerra, além das zonas industriais provenientes do período de uma intensa fase de Industrialização ocorrida no final do século XIX e início do século XX. É necessário entender o contexto histórico das políticas públicas de salvaguarda da cultura nacional em meados de 1930 até a atualidade para compreender a importância do processo de requalificação nas paisagens urbanas brasileiras.

Nos anos 1930, diversas ações de preservação do patrimônio foram inseridas na pauta das políticas públicas. A publicação do Decreto nº 25/1937 (BRASIL, 1937, p. 1), normatiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional afirmando, em seu primeiro do artigo, § 2º que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Tais preservações começaram a ganhar ser foco no palco social e político brasileiro. Com a Constituição de 1934 se iniciou a efetiva proteção legal do patrimônio histórico e artístico, em nível federal, mas não de forma integral, mostrando-se ainda insuficiente.

O governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961) é marcado como um período de grande aceleração do desenvolvimento urbano e rodoviário. O interesse que também impulsionou esse crescente desenvolvimento foi também a criação de uma identidade nacional.

A década de 1960 é usualmente tratada em termos de continuidade de políticas institucionais, o que em grande parte se deve a abordagens que procuram salientar, mais do que características dos diversos momentos históricos, a unidade da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em seguida, da Diretoria do Patrimônio (LEAL, 2016, p. 2).

A relação da preservação do patrimônio com esse desenvolvimento é um tema que é evidenciado nas Normas de Quito, de 1967. A intenção era favorecer o desenvolvimento social e econômico do país neste período.

Nos anos 1980 ocorreram mudanças significativas neste âmbito com ênfase nas políticas públicas de salvaguarda da cultura brasileira que eram restritas ao campo federativo, estendendo-se às esferas estaduais e municipais. Em meados dos anos 1990 vários programas de financiamento federal surgem para impulsionar tal mudança. Contudo, muitos ainda eram os problemas oriundos da distribuição socioespacial desigual de infraestrutura, como as áreas obsoletas, sem uso adequado aos propósitos da atualidade.

Os vazios urbanos surgiram dentro da dinâmica de expansão urbana, mostrando um paralelo entre áreas com grande valor fundiário e turístico, recebendo investimentos do poder público e privado e, por outro lado, áreas livres, sem estrutura alguma e investimento, carentes de serviços básicos, áreas obsoletas e sem uso, ambos divididos por muros invisíveis da segregação nos grandes centros urbanos. Com a expansão urbana desordenada surgem muitas ocupações irregulares, sobretudo nas áreas menos valorizadas, ou seja, nas periferias das cidades, onde uma parcela significativa da sociedade que não tem como pagar pela terra, passa a viver de forma ilegal. Ocupações irregulares surgem em vários setores do espaço urbano, como alternativa de moradia acessível à população de baixa renda.

As intervenções para a renovação, requalificação, revitalização e reabilitação urbana são utilizadas tanto com objetivo de resolver problemas quanto para melhorar a qualidade ambiental deste meio. Contudo, é importante diferenciar as nomenclaturas, muitas vezes utilizadas como sinônimos, e que possuem conceitos e funções bem diferentes.

A revitalização busca recuperar o espaço, agregando valor; a reabilitação tem o objetivo de restaurar o espaço ou bem, mas sem mudar a sua função; a renovação trata de substituir, reconstruir, contudo, muda o uso do bem ou área, enquanto a requalificação atribui uma nova função social ao espaço, melhorando sua qualidade. A semelhança entre elas é o objetivo comum de regenerar e melhorar a qualidade do espaço que necessita da intervenção.

O aspecto mais importante da Revitalização é que ela agrega valor a um espaço, mas mantém a história por trás dele, como é o caso do projeto do *High Line*

em Nova Iorque, executado em três etapas entre 2009 e 2012, totalizando 2,3 km que revitalizou o espaço de uma antiga ferrovia, dando novos usos e mantendo os trilhos e a essência da sua história. Segundo Costa (2020, p. 13)

o projeto segue duas linhas principais: a preservação da história do antigo elevado e a sustentabilidade do projeto, do uso e da manutenção da obra. A primeira etapa de execução foi a remoção dos elementos existentes: trilhos de trem, vegetação, camadas de concreto e solo. Como também a revitalização dos elementos marcantes daquela antiga obra: os trilhos foram retirados, restaurados e reinstalados nos seus locais de origem. A ordem era preservar o que fosse possível, dessa forma menos resíduos seriam gerados, menos custos com demolições seriam gastos e mais história seria preservada.

A Reabilitação urbana, além de proporcionar nova roupagem à cidade ou a área de interesse, ela objetiva reconstruir o espaço, podendo ou não envolver a demolição de prédios antigos, para construir novos edifícios, buscando modernizar a cidade.

Para Duarte (2005), a renovação urbana é processo de substituição das formas urbanas existentes por novas formas modernas, podendo ser pontual, resultante da ação planejada do Estado, quando abrange uma área ampla e totalmente alterada. Para este autor, a reabilitação consiste em um processo de recuperação de área urbana que se pretende preservar, por meio de restauros, para atribuir condições de habitabilidade.

Com a requalificação urbana, geralmente se atribui nova função social ao local, melhorando a forma urbana. Desse modo, a Renovação e a Requalificação urbana "caminham de mãos dadas", contribuindo de forma significativa para a regeneração dos tecidos sociais e físicos da cidade, tão afetados pela expansão urbana desenfreada.

A requalificação vem como uma proposta necessária para a melhoria da qualidade do ambiente urbano, preconizada no Estatuto das Cidades, bem como no Plano Diretor, pois, segundo Moura, Guerra e Seixas (2006, p. 20):

A requalificação urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e econômica. Procura a (re) introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (sendo frequentemente apelidada de uma política de centralidade urbana).

A Requalificação urbana, além de se atribuir novo uso e função ao espaço, também se preocupa em propor alternativas para a recuperação de áreas degradadas, se tornando uma política de intervenção e de centralização.

Este último argumento justifica a escolha da requalificação como forma de melhor aproveitamento e uso do espaço urbano nesta pesquisa, tendo em vista que a requalificação não foca apenas em melhorias estéticas, mas também em propor soluções que melhorem a rotina, vivência e qualidade de vida das pessoas que fazem uso do espaço, respeitando a singularidade e memória local. No que tange ao conceito teórico de requalificação urbana, Moreira (2007, p. 118), afirma que:

Recuperar o sentido da ubiquação residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infra estruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos, da nova rua ou da nova aldeia deverão levar à Metrópole, sem traumas de regressos. A estratégia deve levar a ações que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo.

O foco da requalificação urbana também é na melhoria da qualidade social e ambiental, sobretudo em espaços de uso desqualificado, transformando a área, mas sem necessidade de descaracterização desta, como forma de preservar a identidade local.

2.1 As áreas subutilizadas como problemática das cidades

É necessário o entendimento histórico sobre como os centros urbanos eclodiram e se tornaram grandes metrópoles para traçar um debate acerca das áreas subutilizadas e como estas se relacionam com a função social da cidade e da propriedade. É válido ressaltar que o processo de urbanização, principalmente nos países desenvolvidos, é uma das formas de relacionamento mais comuns entre o homem e o ambiente.

Fazendo um paralelo entre o passado e o presente no contexto urbano, identificam-se muitas diferenças de como o homem agia perante a cidade, se compararmos com as suas ações atuais. Antigamente as cidades eram menores, mais harmônicas e, mesmo quando construídas em locais inadequados, do ponto de vista ambiental, agrediam menos o ambiente.

A partir da revolução industrial, o crescimento das cidades foi acelerando por duas razões: a crescente necessidade de mão-de-obra nas indústrias e a redução do número de trabalhadores no campo. As cidades passaram por um processo de conurbação, caracterizado por vários aglomerados urbanos, compostos por milhares de pessoas atraídas por um novo estilo de vida e em busca de melhores condições

sociais. Neste sentido, Rolnik (1995, p. 13) atribui a condição de imã à cidade por sua atração das pessoas “antes mesmo de se tornar um local permanente de trabalho e moradia”. Dessa forma, a cidade passou a atrair pessoas de diferentes perfis, classes sociais, objetivos, com intuito de ocupação e uso do seu espaço de forma mais digna do que o campo tinha a oferecer.

As grandes cidades se tornaram, palco de diversas problemáticas sociais, tais como desemprego, falta de transporte e de segurança, ausência de políticas de saúde, saneamento básico, moradia, entre outras. Os grandes centros urbanos passaram por mudanças significativas em um período de verdadeira explosão urbana.

O processo de urbanização, e os fatos a ele associados, evoluiu em paralelo ao de industrialização não apenas positivos, na medida em que implicaram graves problemas de infraestrutura, social e ambiental, pois apenas uma pequena parcela da população foi absorvida pela indústria, enquanto outra foi submetida à condição de informalidade com salários baixos, desemprego, precárias e desumanas condições de trabalho, assim como tiveram que residir em áreas sem acesso aos serviços básicos, entre outros problemas de ordem social e espacial. Inúmeros vazios urbanos surgiram então nesse contexto social.

Desde a década de 1960, período em que os principais centros urbanos começaram a receber um contingente significativo de migrantes vindos do campo, devido ao êxodo rural, as áreas subutilizadas constituem problemas negligenciados pelas grandes cidades. Por conseguinte, grande parte da população iniciou uma luta pela moradia e, não tendo como adquirir moradias mais salubres, as pessoas se instalaram nos espaços vazios, geralmente nas margens de rios, estradas de ferro, encostas abruptas, mangues, ocupando terrenos particulares ou do Estado. Tal situação provocou certo caos nos centros urbanos, motivando a eclosão de vários movimentos sociais erguendo bandeiras de luta por moradia digna, a partir da década de 1970 (Figura 1).

Reivindicações surgiram de toda parte em busca de melhores condições de habitabilidade. As pessoas estavam se conscientizando, cada vez mais, de que morar dignamente era um direito que lhes deveria ser garantido. Consequentemente, começaram a reivindicar uma cidade mais inclusiva, que oferecesse qualidade de vida, o que culminou com a conquista do Estatuto da Cidade. Contudo, as ocupações de vazios urbanos, sobretudo irregulares, eram em grande escala, justificadas pela falta de alternativas das comunidades das periferias.

Figura 1 – Manifestação por moradia digna, Rio de Janeiro



Fonte: Agência Brasil (2015).

A definição de vazios urbanos tem sua origem francesa, *terrain vague*, ou seja, terrenos vagos, cunhada na Arquitetura Francesa (SOLÀ-MORALES, 1996). Por sua origem latina, esse termo traz dois significados. O primeiro significado diz respeito a vazio, desocupado e disponível. O segundo, oriundo do latim *vagus* significa indeterminado, impreciso, vago, incerto. Enfim, por qualquer definição, o termo vazio urbano sempre passa a conotação de terreno sem uso, área livre, vaga.

No Brasil, a expressão *Vazio Urbano* é utilizada para nomear as diferentes situações de terrenos baldios, sem uso, inutilizados, obsoletos, entre outras expressões usuais de pesquisadores desta temática, referenciados segundo sua definição e o contexto histórico no qual está inserido (Quadro 1).

A terminologia utilizada para designar os vazios urbanos é muito variada, podendo serem referidos como: “Brownfields; Friches urbaines; Braunland; Urbanvoids; Tierras vacantes; Devoluto; Vago” (BORDE, 2006, p. 125): sendo divididos em três *categorias* principais, considerando os diferentes processos de criação:

Estruturais – como consequência da obsolescência funcional das instalações ou infraestruturas (ex. indústria, portos, caminhos de ferro); Conjunturais – como consequência de falências ou impasses jurídicos; Projetuais – como consequência de projetos incompletos, mal estruturados ou nunca realizados. *Crítérios de identificação*, os vazios urbanos podem identificar-se como: Desocupado – por se encontrar vago; Desafetado – por ter sido abandonado; Subutilizado – em relação ao potencial construtivo; Desestabilizado – em processo de esvaziamento. *Crítérios de classificação* - Quanto ao tecido urbano: Consolidado; em consolidação; em formação; remanescente de

intervenção urbana; Franjas de intervenção. *Quanto às condições de conservação:* Conservado; Preservado; Interrompido (construção); Degradado; Ruína. *Quanto à situação fundiária:* Público – propriedade do Estado ou das autarquias; Privado – propriedade particular; Conflito – em disputa judicial.

Quadro 1 – Expressões anônimas e autorais utilizadas no Brasil para denominar as situações de vacância urbana.

VAZIOS URBANOS: CONTEXTO BRASILEIRO		
Conceito	Definição	Contexto
Terras Devolutas	Terras públicas sem uso, vagas, vazias, ermas, não ocupadas, consideradas terras públicas por este fato (BALDEZ, 1986).	Brasil. Lei de Terras, 1859. Primeiro documento utilizado no Brasil para identificar as terras urbanas abandonadas sem proprietário.
Áreas Obsoletas	Áreas com defasagem espaço-temporal dos processos produtivos	
Áreas insalubres	Inspirados nos ilots insalubres franceses, sem condições de saneamento e salubridade.	Brasil, Higienismo, Planos do início do século XIX.
Esplanada	Urbanismo carioca: Áreas planas resultantes do arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antônio. Nesse contexto esplanada remete ao vazio que não consegue ser preenchido apesar dos vários projetos elaborados para essa área.	Brasil. Rio de Janeiro. Comissão do Plano da cidade, 1938. Brasil, década de 1960. Esplanada, designa o grande vazio projetado para a contemplação do poder emanado pelos prédios públicos que as conformam.
Espaços, áreas, tecidos degradados.	Adjetivada de degradada. Justifica ações de renovação urbana. Termos utilizados no Plano Doxiadis (1965) e nas cartas patrimoniais (1972).	Áreas esvaziadas ou em processo de esvaziamento como a zona de Mangue analisado por Dioxiadis em micro-escala. Não utilizada também nas cartas patrimoniais.
Terreno baldio (português/espanhol)	Terreno desocupado, não utilizado, em situação de abandono. Expressão utilizada também para designar espaço livre, abandonado, que integra lotes de edificações abandonadas.	Brasil e América Latina

Fonte: Adaptado de Borde (2006).

A discussão acerca dos vazios urbanos ainda é nova na literatura, mas o preenchimento dessas áreas se tornou um desafio a ser considerado nos Planos diretores das grandes cidades, o que motiva a reflexão sobre a verdadeira função social da propriedade que não está sendo cumprida, haja vista que a existência desses espaços ociosos é de responsabilidade compartilhada dos poderes público e privado e com o dever de oferecer uma estrutura adequada e, porque que não, algum serviço de utilidade pública a população.

Importante ressaltar que no processo de requalificação a sociedade pode e deve participar ativamente, opinando e registrando suas demandas e suas necessidades. Na Ilhinha, podem ser identificados vários vazios urbanos no que diz

respeito ao uso e ocupação, e como este uso vem sendo executado (Figura 2). Os serviços de lazer nesta área são mínimos e as áreas obsoletas ainda são existentes, sem nenhum cumprimento da função social. Segundo Leite (2012, p. 75):

Nas décadas recentes, tem-se observado uma emergência comum às grandes metrópoles mundiais: os antigos espaços urbanos centrais estão perdendo boa parte de suas funções produtivas, tornando-se obsoletos e, assim, transformam-se em territórios disponíveis, oportunos. Trata-se dos chamados vazios urbanos, wastelands ou brownfields.

O autor referido afirma que esses terrenos obsoletos estavam sendo utilizados apenas para agravar os problemas de ordem social, sobretudo, no que diz respeito a ausência de moradia digna. Além disso:

O esvaziamento das áreas centrais pelo setor industrial provocou a degradação urbana dos locais, onde os espaços dotados de boa infraestrutura e memória urbana são subutilizados. São essas regiões abandonadas o alvo de grandes projetos urbanos, principalmente nas metrópoles desenvolvidas. Assim, através de novas políticas urbanas e por meio de parcerias público privadas, criam-se os chamados clusters urbanos criativos [...]. (LEITE, 2012, p. 88).

Figura 2 – Uso e ocupação do solo da Ilhinha, Maranhão.



Fonte: Adaptado de Pereira Filho et al., 2018

Se faz necessária uma discussão acerca da Política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, haja vista que a Reforma urbana deve estar adequada às necessidades e individualidades dos habitantes, de forma que estes tenham qualidade de vida e acesso a infraestrutura e serviços adequados.

2.2 A requalificação como alternativa de Sustentabilidade ambiental

As mudanças oriundas da requalificação urbana em determinado espaço compreendem aspectos espaciais e paisagísticos, sociais, econômicos e culturais, além da valorização da área beneficiada. De acordo com Fernandes (2012, p. 19):

A requalificação urbana inclui aspectos de carácter económico, ambiental, físico e social. A requalificação pretende criar as condições necessárias ao desenvolvimento de atividades económicas rentáveis, proporcionando emprego aos seus habitantes permitindo assim a sua inclusão ao nível produtivo. Pretende dissipar o ciclo de pobreza a que certas áreas parecem estar destinadas, alterando assim a percepção social que se tem das mesmas. Ao nível ambiental, a requalificação, prende-se com o conceito de qualidade de vida, devendo o espaço público proporcionar aos seus habitantes a melhor qualidade, criando as condições físicas necessárias.

Quando o planejamento territorial é realizado em uma determinada área composta por vazios urbanos, por meio do seu diagnóstico, mapeamentos e estudo das áreas residuais, coleta de dados socioespaciais, é possível requalificar o espaço urbano. Comungando com a ideia, Leite (2012, p. 101), complementa que essa requalificação é uma alternativa viável e pode ocorrer com o uso da tecnologia e de processos de inovação, pois “reciclar o território é mais inteligente do que o substituir. Reestruturá-lo produtivamente é possível e desejável no planejamento estratégico metropolitano”.

O maior desafio da atualidade, no contexto urbano sustentável, é melhorar a qualidade ambiental das cidades mantendo o equilíbrio no tripé que rege a sustentabilidade, ou seja, as esferas social, ambiental e econômica. É importante que a população tenha acesso aos serviços básicos e a uma qualidade de vida satisfatória, conservando o meio urbano em estado de equilíbrio, sem prejuízos aos seus recursos; que as benfeitorias sejam feitas de forma econômica, sem desperdício de recursos naturais e financeiros, e que a cidade proporcione vitalidade àquele que dela usufrui. Por outro lado, a população em geral deve ser convocada a contribuir, efetivamente, para o alcance e a manutenção de tais condições. Segundo Gehl (2013, p. 96):

É necessário reforçar os convites para permanências mais longas no espaço público, porque algumas pessoas por mais tempo em um local proporcionam a mesma sensação de vitalidade do que muitas pessoas por pouco tempo. De todos os princípios e métodos disponíveis para reforçar a vida nas cidades, o mais simples e o mais eficaz é convidar as pessoas a passar mais tempo no espaço público.

Para entender como o processo de requalificação pode ser eficaz no meio urbano é necessário compreender a definição de qualidade ambiental urbana e,

consequentemente, as necessidades humanas no meio urbano de modo a planejar ações que, de fato, atendam às necessidades locais da sociedade e individuais quanto aos aspectos: segurança e salubridade.

O conceito de qualidade ambiental urbana vai muito além dos conceitos fragmentados de estética, satisfação, segurança, saúde ou salubridade, tendo em vista que a cidade é um organismo heterogêneo. Neste sentido, para Belgiojoso (1990) o modo como se usa a cidade modifica a percepção. O espaço percorrido de automóvel, motiva percepção distinta de quando se anda a pé ou de bicicleta.

Para Vargas (1999, p. 11), quatro fatores que devem ser considerados na análise da qualidade ambiental urbana motivando o entendimento de que este não é um conceito isolado, mas a soma de diversos componentes que englobam essa tão almejada condição ambiental urbana. Tais fatores compreendem aspectos espaciais e econômicos (Quadro 2).

Do ponto de vista *espacial*, uma cidade que prioriza a qualidade ambiental instiga o bem-estar da população por meio do planejamento de áreas verdes livres, praças e demais equipamentos urbanos conservados, respeitando a ergonomia e a singularidade de cada cidadão.

Quando se discute sobre fatores espaciais que compõem uma cidade inteligente, é necessária uma discussão acerca de mobilidade urbana. Em janeiro de 2012, a Política Nacional de Mobilidade urbana instituiu como obrigatório em cidades com mais de 20 mil habitantes, que tivessem um Plano municipal de mobilidade urbana.

A norma além de buscar garantir uma circulação melhor para todos, a revisão do desenho urbano, assim como a priorização dos equipamentos urbanos, tinha como objetivo principal a acessibilidade universal, tendo os municípios a responsabilidade do cumprimento desta norma.

No que diz respeito ao quesito *biológico*, a qualidade ambiental urbana deve garantir condições básicas de habitabilidade. A ampliação dos serviços de água e saneamento, assim como, condição saudável do ar deve ser prioridade na agenda da cidade, de forma tão significativa que a ampliação desse serviço contribua para a redução da mortalidade infantil.

A saúde mental também deve receber um olhar atento. O crescimento desenfreado das cidades, acompanhado do desenvolvimento tecnológico vem

promovendo novas dinâmicas de trabalho, ao tempo que tem contribuído para o afastamento das relações sociais, depressão, estresse.

Quadro 2 – Componentes da Qualidade Ambiental urbana.

ESPACIAL	BIOLÓGICO	SOCIAL	ECONÔMICO
BEM-ESTAR Vegetação, espaços abertos, tranquilidade.	SAÚDE FÍSICA Saneamento, insolação, poluição sonora, do ar.	ORGANIZAÇÃO Comunitária, de classe, Associações.	OPORTUNIDADE Emprego, trabalho, negócios.
ACESSIBILIDADE Sistema viário, transporte	SAÚDE MENTAL Stress, filas, solidão, reclamações.	REALIZAÇÃO Pessoal: amizade, afeto, reconhecimento.	PRODUTIVIDADE Economia e deseconomia de aglomeração. Trânsito, custo de vida, competição.
DESENHO URBANO Visuais, motorista, desordem, informação	SEGURANÇA Trânsito, edificações, marginalidade.	CONTATOS Encontros, privacidade, Solidariedade.	DIVERSIDADE Escolhas
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Densidade, conflitos de uso, segregação.	-	ATIVIDADES Lazer, recreação, cultura, compras.	-
-	-	REALIZAÇÃO PROFISSIONAL Mobilidade, Oportunidades.	-
-	-	ACESSO E OPÇÕES Moradia, trabalho, serviços urbanos, serviços sociais.	-

Fonte: Adaptado de Vargas (1999).

A globalização atinge todas as esferas da sociedade e é responsável pela transformação do espaço. Em paralelo a esta problemática, destaca-se a fragilidade na segurança urbana, a marginalidade e outras situações advindas das questões sociais.

Inúmeras foram as transformações sociais e psicológicas na cidade causadas pelo capitalismo, o “capital do medo”, a parcela do mercado que lucra com o medo das pessoas. Estes fatores vão contribuindo para que a cidade se torne local de insegurança, exclusão e estratificação social. Para Bauman (2009, p. 74): “[é preciso] ver, reconhecer e resolver os problemas da convivência” pois, na cidade, as pessoas vivem uma eterna busca da cidade como um porto seguro que nunca é encontrado, devido essa sensação de insegurança que assola seu cotidiano.

Adentrando o componente *Social*, entende-se ser necessária a criação de espaços de convívio, de circulação e estreitamento das relações sociais, de modo que a cidade funcione para o cidadão, de forma inclusiva, por meio de espaços públicos,

assim como forneça condições de habitabilidade, no que diz respeito ao direito à moradia digna.

O direito a espaços de lazer com qualidade é necessário para que o ser humano viva de forma saudável nos espaços públicos, os quais precisam ofertar condições de acessibilidade, respeito a ergonomia e diferenças, para que o cidadão tenha sentimento de pertencimento e veja sua individualidade sendo respeitada no espaço que ocupa.

O quesito *econômico* está intrinsecamente ligado ao social e tem como foco o acesso a oportunidades de trabalho digno, assim como, aos serviços sociais públicos, equipamentos urbanos, políticas públicas essenciais a vida. O que se observa nesse cenário é uma naturalização do não acesso a esses direitos básicos, assim como a naturalização da segregação e da desigualdade, imposta pelo capitalismo.

Quando esses componentes estão em desarmonia, surge a necessidade de requalificar as áreas urbana, de modo que a população tenha acesso a uma melhor qualidade de vida. É preciso planejar espaços mais confortáveis e acolhedores, segundo Gehl (2013, p. 110) “[...] quanto mais convidativa e de mais fácil utilização for um espaço da cidade, ou a zona de transição, mais viva será a cidade [...]”.

A conceito de cidade requalificada deve caminhar em conformidade com um modelo de desenvolvimento urbano que vise equilibrar os fatores que contribuem para a qualidade ambiental e conseqüentemente para o seu bom funcionamento. Requalificar uma área é bem mais que dar uma nova função social ao meio urbano, é sobretudo promover um processo de educação ambiental nas cidades com a participação ativa da comunidade na busca da construção de uma sociedade mais sustentável.

Cada vez mais as grandes metrópoles tentam reinventar cidades mais sustentáveis, por meio de hábitos saudáveis e da natureza no meio urbano. As hortas saíram do contexto rural e foram para o meio urbano, em áreas que denominadas *periurbanas*. Em meio a imensos arranha céus, trânsito agitado e um fluxo intenso de pessoas, algumas atividades rurais e urbanas se misturam, dificultando a distinção dos limites físicos e sociais do espaço urbano e rural. “A dicotomia ‘campo versus cidade’ é vivida como uma contradição, como um paradoxo já que muitos entendem os espaços rurais como “natureza”, em contraponto aos espaços urbanos” (SERPA, 2009)

O conceito de Sustentabilidade tem relação estreita em garantir a sobrevivência e continuidade dos recursos naturais do planeta, levando em consideração os fatores social e econômico para gerar qualidade de vida para as pessoas.

Sustentar significa equilibrar-se, manter-se conservar-se sempre a mesma altura, conservar-se sempre bem. Nesse sentido Sustentabilidade é em termos ecológicos, tudo o que a terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruine. Essa diligência implica que a terra e os biomas tenham condições não apenas para conservar-se, assim como são, mas também que possam prosperar, fortalecer-se e coevoluir (BOFF, 2016, p. 31).

O objetivo da Permacultura urbana é contribuir para a sustentabilidade dos grandes centros urbanos, além de outros inúmeros benefícios citados. É agregar valor econômico, social e ambiental a todos que fazem uso dos espaços urbanos. Este tipo de atividade está fortemente associado à agricultura familiar, já que pode ser realizada por indivíduos, organizações formais ou da sociedade civil, em espaços públicos ou privados, e esta prática está vinculada não só a geração de renda e alimentação nutricional, como também ao lazer, cultura, economia, saúde e meio ambiente. As hortas urbanas proporcionam bem mais que alimentação saudável e qualidade ambiental. Algumas são implantadas com intuito de lazer contemplativo e convivência social, são espaços criados para promover a integração da comunidade, e lazer contemplativo, visando bem-estar e conseqüentemente qualidade de vida.

A agricultura urbana associada ao paisagismo pode render bons resultados para as cidades e é significativamente importante enfatizar acerca dos espaços urbanos que a Permacultura tem rendido bons resultados, sobretudo envolvendo o tripé da sustentabilidade.

Lisboa, Portugal é referência no mundo todo, em termo de qualidade ambiental urbana, não só por possuir uma grande concentração de áreas verdes, tais como parques, praças e uma ótima arborização, mas por possuir longa tradição na criação desses espaços. “A urbanização da cidade e o desenvolvimento de áreas verdes nem sempre caminham juntos. Especialmente os bairros surgidos a partir dos anos 1960 apresentam grandes deficiências em espaços verdes vicinais” (SMANIOTTO e LOUPA 2009, p. 55).

Na tentativa de reverter esta situação, foi aprovado em 1997 um documento estratégico: *o Plano Verde de Lisboa* (TELLES, 1997). Com o respaldo deste Plano, que se ocupa do espaço não edificado da cidade e cujo nome oficial é "Proposta para a definição da Estrutura Ecológica Municipal", se pretende salvaguardar as áreas

essenciais para a saúde urbana e definir uma estratégia para a criação e gestão dos espaços públicos na cidade.

Um espaço modelo em Lisboa é a horta urbana no Parque Urbano da Quinta da Granja, com sua segunda fase concluída em outubro de 2011. Este parque tem um projeto pioneiro, uma vez que inclui áreas agrícolas privadas com inserção de hortas públicas, em um espaço destinado ao lazer e práticas ao ar livre dispondo de equipamentos recreativos, que permitem sua utilização contemplativa.

Mesmo após requalificado, o Parque manteve as hortas que já existentes, sem interferir na paisagem e no contexto social que já fazia parte dos usuários deste logradouro. É aparelhado por um mobiliário urbano, possui um quiosque café, bancos para leitura, ciclovias, passarelas para caminhadas. Compondo o paisagismo, estão entre as espécies cedros, ulmeiros e oliveiras, estas últimas, as mais antigas que foram preservadas após a requalificação.

Na América Latina, apesar dos muitos benefícios da permacultura urbana, esta temática ainda não é foco de debates cotidianos, mas timidamente vêm sendo praticada em muitos países, de acordo com o ranking das cidades que lideram em hortas urbanas na América Latina (Quadro 3).

Quadro 3 – As 10 Cidades latino-americanas líderes em hortas urbanas.

ORDEM	CIDADE	PAÍS
1	Havana	Cuba
2	Cidade do México	México
3	Antígua e Barbuda	Caribe
4	Tegucigalpa	Honduras
5	Managua	Nicarágua
6	Quito	Equador
7	Lima	Peru
8	El Alto	Bolívia
9	Belo Horizonte	Brasil
10	Rosário	Argentina

Fonte: Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2019

As formas de cultivo, função e os locais de implantação são os mais variados possíveis. Em paralelo às avenidas das grandes metrópoles podem-se observar pomares, hortas, em calçadas e até mesmo em coberturas de prédio, como exemplo, a horta urbana construída na cobertura do Shopping Ibirapuera, SP. Neste caso, o

superintendente do shopping tinha como desafio resolver um problema de uma quantidade enorme de resíduos orgânicos gerados todos os dias na praça de alimentação. A solução foi a implantação de um sistema de compostagem na cobertura do shopping, que chegou a produzir 60 toneladas de compostos orgânicos por mês, resultando em problema de destinação. A solução foi a implantação de hortas na cobertura do shopping, onde os funcionários podiam plantar e colher os seus próprios alimentos.

Mantendo este conceito de hortas em coberturas de prédios, também na cidade de São Paulo destaca-se a Horta do *Capão Redondo* (Figura 3), situada no bairro homônimo, na zona sul da capital. A horta foi implantada no telhado da Fábrica de Criatividade e o espaço busca cumprir com sua função social de forma bem completa, visto que no mesmo local são oferecidos cursos à comunidade, como aulas música, cursos de artes e idiomas, além de ser um espaço que favorece o convívio social, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 3 – Horta do Capão Redondo, São Paulo



Fonte: <https://blogdaarquitetura.com/mais-verde-conheca-a-horta>

Em alguns locais de São Luís, Maranhão, já se cultivam hortas urbanas pelas comunidades. Um Projeto que se destaca muito na capital por trabalhar o viés social, é o *Projeto Hortas que valem*, de iniciativa da ONG NAVE (Organização não Governamental em prol da natureza, arte, vida e ecologia), concebido para implantar, gerir e escoar hortaliças produzidas por famílias, que têm a missão de contribuir para o exercício pleno da cidadania, visando o desenvolvimento integral do indivíduo e a construção de uma sociedade sustentável.

Conforme entrevista realizada no dia três de abril de 2019, com a Sra. Rebeca Alexandre, assistente social e presidente da ONG NAVE, esta relatou que a participação popular da comunidade ocorre na concepção e na implantação da horta, e no cultivo das hortaliças. A comunidade recebe assessoria técnica em todas as etapas do processo, até no monitoramento das vendas dos produtos nas feiras semanais.

Figura 4 – Projeto Hortas que valem, Jardim Primavera, São Luís, MA.



Fonte: Acervo da NAVE, 2019

O Projeto “Hortas que valem” (Figura 4) possui três anos de existência e assiste os bairros Jardim Primavera, Vila Embratel e Bacanga, assim como as cidades de Raposa, São Jose de Ribamar e São Luís e tem como pilares a geração de renda, o empoderamento de mulheres, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio do convívio social, troca de saber e conhecimento que o projeto proporciona. O público prioritário assistido pelo projeto são mulheres, em sua maioria de baixa renda. O projeto também tem função de empreendedorismo e trabalha a economia solidária com as mulheres por meio de palestras na comunidade, além do trabalho de educação ambiental realizado nos bairros assistidos pelo projeto.

O Projeto Hortas que valem é voltado à assistência social de comunidades em situação de vulnerabilidade e expostas a altos riscos sociais, desenvolvendo atividades econômicas através da comercialização de hortaliças produzidas pelo trabalho empregado por grupos familiares envolvidos.

Do ponto de vista metodológico, a rotina dos executores do projeto busca melhorar a qualidade dos produtos comercializados e dos subprodutos (mudas,

compostagem, biofertilizante) produzidos e utilizados na própria horta, com monitoramentos semanais da horta buscando identificar e controlar a presença de pragas e doenças, acompanhar desenvolvimento das mudas produzidas pelos engajados, alimentação da composteira com resíduos orgânicos e o uso dos instrumentais de responsabilidade dos engajados. O plantio semanal era escalonado, facilitando a comercialização das hortaliças; as demais atividades como irrigação, adubação de fundação e de cobertura, limpeza dos canteiros, colheitas e comercialização eram realizadas de acordo com a necessidade, e somente pelos engajados, raramente com a presença da técnica no momento da atividade.

Segundo a presidente Rebeca, “os desafios a enfrentar ainda são muitos, e vão desde financeiros a logísticos.” Contudo, o projeto tem metas a longo prazo de ainda contemplar mais áreas, resultando alterações na organização do espaço e na vida dos usuários deste projeto.

Diante dos inúmeros benefícios das hortas urbanas, verifica-se que estas são um elemento de aproximação do rural com o urbano que além de ajudar a suprir uma problemática relacionada à alimentação, exerce função recreativa, social, terapêutica, pedagógica, econômica, além de contribuir para o equilíbrio ecológico da paisagem urbana.

É importante enfatizar que, o nesse contexto, o papel do arquiteto é de suma importância, permitindo que se agregue valor a paisagem por meio da estética, funcionalidade e do desenho urbano, respeitando a individualidade e particularidades de cada local.

2.3 A Permacultura e seus princípios

O conceito da Permacultura surgiu nos anos 1970, na Tasmânia, Austrália, fruto das pesquisas do australiano Bill Mollison e do norte americano David Holmgren. Em suas pesquisas eles partem do conceito de que a espécie humana não irá perdurar por muito tempo sem o uso permanente da agricultura em benefício próprio e salientam a relevância da técnica da Permacultura em nossas vidas.

Hoje diante do panorama ambiental que presenciamos em nosso planeta, chegamos à conclusão de que as suposições desses pesquisadores visionários, não estavam equivocadas, tendo em vista o cenário atual de aniquilamento e destruição da capacidade do nosso planeta de manter-se em condições de existência, em meio ao esgotamento e desperdício dos recursos naturais que detemos.

O termo Permacultura tratava-se inicialmente da contração em inglês de “permanent” com “agriculture”, ou seja, “agricultura permanente”, contudo uma definição mais atual de Permacultura, segundo esses autores diz que “[...] são paisagens conscientemente desenhadas que reproduzem padrões e relações encontrados na natureza e que, ao mesmo tempo, produzem alimento, fibra e energia em abundância e suficientes para prover as necessidades locais [...]” (HOLMGREN, 2013, p. 32).

É importante salientar que a Permacultura não se restringe a paisagem, nem tampouco a agricultura orgânica ou formas de produção sustentáveis, mas também “[...] ela pode ser usada para projetar, criar, administrar e aprimorar esses e todos os outros esforços, feitos por pessoas, famílias e comunidades, em busca de um futuro sustentável [...]” (HOLMGREN, 2013, p. 53). Holmgren (2013) destaca, ainda, que a Permacultura tem como base a ecologia e constitui-se como uma técnica utilizada para a criação de sistemas humanos sustentáveis, valorizando:

1. Conhecimento tradicional;
2. Agricultura ancestral;
3. Construções eficientes;
4. Equilíbrio (mental, físico e espiritual);
5. Diversidade;
6. Recursos naturais e sustentabilidade

Na atualidade, o conceito de Permacultura é bem completo e dinâmico, visto que esta atividade surgiu como um sistema de agricultura saudável, e englobou as contribuições interdisciplinares da biologia, ciências florestais, zootecnia e arquitetura. Chegou inclusive a englobar-se a economia, estratégias financeiras e de negócios. Mollison (1999, p. 123) afirma que a:

Permacultura é o planejamento e a manutenção conscientes de ecossistemas agriculturalmente produtivos, que tenham diversidade, estabilidade e resistência dos ecossistemas naturais. E a integração harmoniosa das pessoas e da paisagem, provendo alimento, energia, abrigo e outras necessidades, materiais ou não, de forma sustentável.

Considerada num escopo mais amplo, Mollison (1999, p. 125) esclarece ainda que a Permacultura lida com todos os elementos do meio como plantas, animais, água, energia comunicações, entre outros. Contudo, “não se trata somente desses elementos, mas principalmente dos relacionamentos que podemos criar entre eles, por meio da forma em que colocamos no terreno”.

As considerações de Mollison (1999) são de grande relevância para a realização deste trabalho, pois além de ser um dos precursores da Permacultura, juntamente com David Holmgren. Ele passou a maior parte da sua infância em uma vila rural, na Tasmânia, tendo acesso a todos os recursos naturais possíveis. Na vila prevalecia a economia de subsistência, visto que a comunidade era responsável pelo cultivo do seu próprio alimento. Contudo, com as mudanças negativas no ambiente, viu esses recursos sumirem aos poucos do meio em que vivia, motivo que o levou a isolar-se parcialmente da sociedade e a residir na floresta, com intuito de estudar a natureza e, de alguma forma, encontrar uma solução para essa problemática. Neste período ele conheceu David Holmgren que realizava pesquisas na área da Permacultura e dessa forma agregaram conhecimento e juntos desenvolveram e aperfeiçoaram o conceito de Permacultura.

Um conceito teórico também importante a ser explanado nesta pesquisa é a Biofilia, que tem seu significado como amor as coisas vivas, no grego antigo (philia = amor a / a inclinação a). Foi popularizado pelo biólogo e ecologista Eduard Wilson em 1984, no qual ele justifica a necessidade inata do homem em viver em contato com a natureza para se sentir bem.

A existência de temas da natureza em diversos lugares e esculturas históricas não é um fenômeno novo. É um ramo das ciências aplicadas. A falta de contato visual com o mundo natural – sem janelas e sem características naturais – frequentemente causa tédio, fadiga, ou em casos extremos, resulta em anormalidades físicas e psicológicas. A presença da natureza no ambiente construído traz satisfação emocional e intelectual. E essa relação com a natureza pode se dar de diversas formas. (BACKES, 2020, p.150).

A Permacultura urbana coaduna com o conceito da Biofilia, proporcionando contato da comunidade com a natureza, por meio do paisagismo comestível, cultivo de espécies que podem ser consumidas pelos moradores, atividade que pode proporcionar renda. A biofilia estimula ainda o convívio social, melhoria do microclima local, consciência ambiental, além da harmonia entre os seres humanos e a fauna e flora. O objetivo da biofilia é semelhante ao da Permacultura urbana, conectar seres humanos a natureza para gerar melhoria da qualidade de vida, proporcionar saúde e bem-estar.

Como já mencionado, o início da Permacultura foi focado primordialmente no manejo com a terra e a natureza, evoluindo para um sistema mais dinâmico que passou a englobar outras áreas do conhecimento, na busca pela sustentabilidade. Em

2007, David Holmgren resumiu o conhecimento que detinha acerca da Permacultura em um desenho de flor que ele chamou Flor da Permacultura, composta por três princípios éticos e doze princípios de design.

O termo design, utilizado entre os estudiosos e praticantes da Permacultura e serve para designar o planejamento permacultural, o projeto executivo propriamente dito, ou seja, um plano por meio de um desenho, para expor como se dará o uso e ocupação da terra, de forma sustentável. O planejamento permacultural deverá se adequar ao tipo da área, seja ela fazenda, lote, vila, área urbana, atendendo as necessidades locais e ambientais da sociedade. O design integra não só componentes locais e físicos, mas também os componentes energéticos, abstratos e sociais, pois “[...] um bom design depende de uma relação harmoniosa e livre entre as pessoas e a natureza, na qual a observação cuidadosa e a interação racional provêm a inspiração, o repertório e os padrões para o design [...]” (HOLMGREN, 2007, p. 13).

Comungando da ideia de Holmgren, é necessário que se realize um estudo prévio da área para o planejamento permacultural cuidadoso e dinâmico, pois os três princípios éticos da Permacultura dizem respeito a mecanismos que evoluíram de modo a prover interesses pessoais menos individualistas. Segundo Mollison (1999), a ética geralmente vem sendo coberta por três princípios básicos:

1. Cuidado com a terra (solo, florestas e água) que diz respeito a um cuidado com os seres “não vivos”, tais como a água, a terra, o ar, possibilitando a renovação desses recursos e não o seu esgotamento;

2. Cuidado com as pessoas (cuidar de si, de parentes e da comunidade), este princípio tem total relação com o primeiro, visto que para zelar pelo bem-estar das pessoas é intrínseco que se tenha cuidado com o meio em que se vive, de forma concomitante.

3. Partilha justa (estabelecer limites para o consumo e reprodução, e redistribuir o excedente). Este princípio aborda muito acerca da má distribuição de alimentos que vigora em nosso planeta. Mollison (1999, p. 85) afirma que tais princípios “podem ser observados como comuns a todas as “culturas de lugar” tradicionais que ligam as pessoas a terra e a natureza ao longo da história, com a notável exceção das sociedades industriais modernas”.

Esses princípios são oriundos de uma pesquisa ética em comunidade e vêm sendo utilizados sempre, em todas as práticas de Permacultura. *Os doze princípios de design* são simples ferramentas utilizadas como princípios no planejamento

Permacultural. É importante enfatizar que os princípios da Permacultura também podem ser aplicados em processos diários, sobretudo na arquitetura, em projetos sustentáveis:

1º princípio: Observe e interaja

Este princípio estabelece que um bom planejamento Permacultural depende do equilíbrio entre a natureza e as pessoas, ou seja, que haja uma relação harmônica entre os dois. O objetivo deste princípio é gerar o pensamento de longo prazo, para criar novas soluções. Ele afirma que o processo da observação é essencial para agir sobre a realidade em que se vive.

Analisando-se a aplicação desse princípio na arquitetura, constata-se que funciona da mesma forma, tendo em vista que o arquiteto sempre deve ter um olhar atento e questionar quais as necessidades específicas dos usuários que irão usufruir do projeto.

2º princípio: Capte e armazene energia

Atualmente se vive de forma que só se consome energia e recursos do planeta e pouco se produz. Esse princípio alerta para a adoção de práticas de economizar e investir a maior parte das riquezas produzidas, de forma que as novas gerações possam ter acesso a essas riquezas.

O arquiteto também não deve se preocupar apenas em projetar, mas como utilizará os recursos disponíveis, visto que não basta só criar arranha-céus espetaculosos e funcionais, torna-se necessário o uso consciente dos recursos existentes.

3º princípio: Obtenha rendimento

Este princípio tem relação com o anterior, pois alerta para o fato de que não faz sentido plantar, com intuito de perpetuar para as próximas gerações, não se dispondo do suficiente para a geração atual. Ele adverte que se deve investir no plantio visando também a autossuficiência. Assim também funciona na arquitetura, pois o arquiteto não deve se preocupar, tão e somente com o rendimento do seu projeto, ou seja, a remuneração, se estiver prejudicando o seu entorno.

4º princípio: Pratique autorregulação e aceite feedback

Este princípio trata sobre a limitação ou inibição de comportamentos inadequados na natureza, e como atuam os feedbacks negativos ou positivos, com intuito de evitar a exploração abusiva dos recursos naturais, que é visto como um desafio. Geralmente se projetam tais práticas pensando no contexto presente, mas é

necessário que se previnam possíveis falhas futuras no projeto e repense estratégias, visto que o impacto de muitas ações na arquitetura não é imediatamente visível.

5º princípio: Use e valorize os serviços e recursos renováveis.

Este princípio aborda o uso consciente dos recursos renováveis, pois a exaustão dos recursos pode levar à degradação do sistema biológico. O uso destes deve ocorrer da melhor forma, com intuito de manter o rendimento, o que constitui um desafio para os profissionais do ramo construtivo. Vive-se numa sociedade em que o homem já se habituou a utilizar os recursos não renováveis, contudo o profissional deve atentar para o fato de que se dispõe de opções de construções mais sustentáveis, que causem menos impactos ao planeta.

6º princípio: Não produza desperdícios

Este princípio atenta para a prevenção de desperdícios. O ideal seria manter em equilíbrio o que se dispõe, investindo recursos para a manutenção na hora certa, ou seja, “não desperdiçar para não faltar”. Ele se baseia no uso de recursos sem desperdício de materiais. O arquiteto deve projetar comprometendo-se e preocupando-se em evitar o desperdício de materiais, não gerando excedentes.

7º princípio: Design partindo de padrões para se chegar aos detalhes

Este princípio tem bastante relação com o primeiro (Observe e interaja), pois alerta para o fato que “às vezes, as arvores nos impedem de ver a natureza” como já dizia o provérbio, pois os detalhes tendem a desviar nossa percepção do sistema. Portanto, quanto mais se observa e conhece área - objeto de estudo, menor será a capacidade de entender a questão numa visão mais macro.

8º princípio: Integrar ao invés de segregar

Este princípio alerta para a importância dos inter-relacionamentos no designe Permacultural, pois cada elemento tem muitas funções e cada função é apoiada por muitos elementos. O projeto também deve ser funcional. Não deve haver nada supérfluo, mas também nada deve faltar.

9º princípio: Use soluções pequenas e lentas

Afirma que os sistemas devem ser projetados para executar ações na menor escala e de forma prática, no que diz respeito ao uso de energia para aquela função. O arquiteto deve se preocupar não só em fazer o projeto, mas também minimizar recursos de manutenção, adequando-se o tamanho do espaço e as necessidades dos indivíduos.

10º princípio: Use e valorize a diversidade.

Afirma que a natureza e a humanidade possuem uma vasta diversidade no que diz respeito às suas formas e funções. Essa diversidade deve ser vista como resultado do equilíbrio entre variedade e possibilidade de um lado e produtividade e força do outro lado. Todo projeto deve ser feito de acordo com as necessidades locais, específicas da sua diversidade. A cidade, o seu uso e ocupação são heterogêneos e acontecem de forma dinâmica. Cada espaço é singular e possui suas particularidades.

11º princípio: Use as bordas e valorize os elementos marginais

Este princípio atenta para o fato que as bordas e os aspectos marginais, as vezes até invisíveis, de alguns sistemas, não deveriam ser apenas preservados, mas sua ampliação pode levar ao aumento da produtividade desse sistema. Assim também funciona na arquitetura, o arquiteto deve estar aberto a pensar “fora da caixa” não se restringindo a trabalhar apenas dentro de certas margens, mas tendo um olhar crítico para encontrar soluções, às vezes, imperceptíveis à primeira vista.

12º princípio: Use criativamente e responda às mudanças

Fala que o sistema de Permacultura diz respeito à durabilidade dos sistemas vivos naturais e da humanidade, mas essa condição depende bastante de flexibilidade e de mudança. Esse é o maior desafio para a Arquitetura, imaginar à frente, o futuro, pois o importante não é apenas projetar pensando no hoje, mas imaginar como será amanhã essa realidade, antecipando o que está por vir.

É importante ressaltar que os princípios em Permacultura não substituem experiências de sucesso e conhecimentos técnicos oriundos de outros estudos em outras áreas. Eles pretendem ser uma base para se alcançar uma perpetuação dos recursos naturais na busca de um equilíbrio entre o homem e a natureza.

2.4 Os benefícios da Permacultura na requalificação urbana

Em meio às inúmeras “selvas de pedras” surgem timidamente várias manifestações de resgate de uma vida mais saudável por meio das hortas urbanas, cujos espaços também podem se constituir de áreas com finalidade de lazer contemplativo e convívio social.

As hortas urbanas já se espalham pelo mundo inteiro e, independente da sua funcionalidade, de alguma forma elas contribuem para promover a integração com a comunidade. As áreas de implantação das hortas podem ser espaços de troca de saberes e experiências, mas, em sua maioria, possuem finalidade de alimentação mais saudável e geração de renda, sobretudo em áreas periféricas como favelas e

ocupações irregulares. Contudo estas funções podem ser associadas a uma alternativa de lazer contemplativo e convivência social.

A Horta do Ciclista (Figura 5) se localiza na Praça do Ciclista, na Avenida Paulista, em São Paulo, entre as estações Consolação e Paulista do Metrô, tendo seu entorno composto por arranha-céus e asfalto, onde o ritmo acelerado da cidade que contrasta com a prática da Permacultura urbana.

Figura 5 – Horta do Ciclista - SP



Fonte: Terra (2020).

O espaço é utilizado como alternativa de encontro dos praticantes do ciclismo que aproveitam para cultivar e colher alimentos saudáveis. A prática da horta é voluntária e os praticantes se reúnem um domingo por mês para mutirões de plantio e cuidados com o espaço, ocasião que compartilham vivências e fogem da rotina intensa da cidade.

A prioridade dos participantes é fazer uso do espaço público e contribuir para a redução da poluição urbana, além de gerar alimento por meio do plantio de hortas. A sua essência é uma proposta de uso equitativo da cidade. A iniciativa contribui para reforçar o discurso que espaços vazios e de uso desqualificado podem ser utilizados para requalificar a área com atribuição da função social.

Em março de 2019 foi previsto um projeto de requalificação para a referida praça, por iniciativa da Prefeitura de São Paulo, no qual a praça conteria mobiliário urbano, paisagismo e homenagem aos ciclistas que faleceram no trânsito de São Paulo. O projeto foi elaborado com participação ativa da sociedade, tendo a equipe

de execução recebido sugestões por meio de uma página online, na qual os usuários podiam opinar sobre sugestões de melhorias. A horta urbana é o coração da praça do Ciclista e a proposta também contemplava paisagismo e bancos circulares para descanso, leitura e lazer contemplativo (Figura 6).

Até a data da finalização desta pesquisa, em junho de 2022, a horta do ciclista ainda não havia passado por esse projeto de requalificação, não tendo recebido ainda nenhuma intervenção urbana e a sua manutenção era realizada pela comunidade.

A metodologia utilizada no projeto de requalificação da praça do ciclista, bem como da Horta homônima, condiz verdadeiramente com o trabalho do arquiteto com a comunidade, haja vista que não basta apenas projetar para as pessoas, mas sim contar com a participação das pessoas, realizando uma escuta atenciosa e sensível sobre as questões individuais e particulares acerca da realidade socioespacial do lugar, através do público que faz uso do serviço proposto.

Ao realizar um projeto de requalificação é necessário que a sociedade participe ativamente, engajada nesse processo para que o espaço seja planejado condizente com a realidade do público, para que ele não fique aquém do espaço que ocupará e fará uso. Segundo Serpa (2009, p. 55):

Esses instrumentos podem ser a chave para um planejamento mais justo e democrático. Planejadores e usuários, poderiam por exemplo trabalhar juntos na elaboração de projetos para parques e praças, desenhando e planejando esses espaços.

Figura 6 – Projeto de requalificação da Horta do Ciclista, São Paulo



Fonte: Vádebike (2019)

Na requalificação da praça do Ciclista, estava prevista a manutenção da horta, por ser um elemento que faz parte do convívio diário dos usuários da área, não

alterando, dessa forma, as atividades deste público, mas sim fornecendo melhores condições de uso do espaço.

No contexto do processo de urbanização, o crescimento desordenado das cidades afasta, cada vez mais, os seres humanos da natureza. No Brasil, os grandes centros urbanos evoluem sem planejamento ambiental, ignorando sobretudo as áreas verdes que garantem a qualidade de vida, fazendo com que as pessoas fiquem à margem do espaço que ocupam, sem se sentirem pertencentes a ele.

Seguindo o raciocínio de Castells (2000) as pessoas buscam, cada vez mais, um sentimento de pertencimento ao local, o qual só existe quando a população se sente parte do logradouro, tendo o atendimento das suas necessidades e bem-estar. Em diálogo com esse autor, compreende-se sua aposta na valorização do lugar para incentivar o planejamento de ações que permitam a sustentabilidade e a valorização das áreas verdes.

Reforçando o sentimento de pertencimento que devemos ter acerca do espaço que habitamos, o qual é inerente a todo e qualquer ser humano, Grun (2008, p. 1) defende que, a condição de “se sentir em um lugar é uma condição *sine qua non* de nossa existência e é também uma condição ecológica de nossa resistência no mundo [...]”.

A agricultura urbana pode ser responsável pela inclusão social de classes desfavorecidas, no sentido da integração social e redução da pobreza, por meio da geração de renda, bem como do desenvolvimento da economia local. Segundo Van Veenhuizen (2006), as políticas públicas podem apostar na agricultura urbana como promotora da diminuição da pobreza urbana.

Em muitos países não há oferta de trabalho formal para toda a população e, nestes casos, as práticas agrícolas dentro do espaço urbano podem contribuir, para gerar rendimento. Por outro lado, também pode contribuir para a renovação da cidade e oferecer espaços de lazer e recreação para os cidadãos (VEENHUIZEN, 2006).

O paisagismo comestível, além de contribuir para o equilíbrio ecológico da paisagem urbana, pode promover os mesmos benefícios oferecidos pelos parques e jardins, de uma maneira mais econômica e, acima de tudo, mais sustentável, uma vez que todas as matérias produzidas podem ser rentabilizadas e reutilizadas nos espaços de produção e a própria horta pode se auto manter, como por exemplo, por meio da técnica da compostagem, reutilizando os resíduos orgânicos para adubo.

Como referido, a Permacultura vai muito além da agricultura ecológica e integra outras áreas, tais como economia, aproveitamento de energias, envolve ética, sistemas de captação e tratamento de água, técnicas de bioconstrução, dentre muitas outras (SANTOS e VENTURI, 2021).

Bill Mollison, um dos precursores da Permacultura, desenvolveu um modelo de cidades sustentáveis na Austrália, adotado em outros países. Como reconhecimento das suas soluções sustentáveis, recebeu o 1º Prêmio Nobel Alternativo¹ no Mundo (ECOTELHADO, 2016). Em suas obras o autor destaca inúmeras funções da Permacultura, dentre elas: a Ecológica, que se propõe a preservar o planeta utilizando recursos da natureza; o uso em comunidades rurais, eco vilas visando a construção de comunidades autossustentáveis; a aplicação na Apicultura, na criação de animais silvestres para a recuperação do meio ambiente; como Paisagismo nas cidades, colaborando para o pleno micro clima e melhoria do conforto ambiental do meio urbano; nos grandes Centros urbanos, por meio de hortas, pomares como forma de não só consumir os recursos existentes, mas também produzir para gerar renda e auto sustento, e como alternativa de convívio social. Além dessas funções, existem inúmeras outras formas de como a Permacultura pode ser aplicada, contudo neste trabalho será dada ênfase ao seu emprego em hortas e pomares, nas cidades, com objetivo de lazer contemplativo e convívio social.

Os benefícios das hortas urbanas são inúmeros, além de incentivar a participação popular e protagonismo da comunidade na realização deste trabalho, como agentes de transformação do espaço urbano que estão inseridos e o sentimento de pertencimento a esse espaço.

Embora a Permacultura tenha surgido como proposta exclusiva para agricultura, sua aplicação foi ampliada para a sustentabilidade no meio urbano, tornando-se uma prática interdisciplinar, contando com a contribuição de várias áreas do conhecimento. As hortas não precisam necessariamente serem cultivadas no meio rural. Atualmente, inúmeras cidades adotam essa prática usufruindo de vários benefícios por implantar hortas urbanas (Figura 7). Além de reestabelecer a

¹ O Prêmio Right Livelihood (Prêmio da Sustentabilidade), RLA ou Prêmio Nobel Alternativo, foi criado em 1980 pelo filatelista Jakob von Uexkull, e celebra-se anualmente no Parlamento Sueco, normalmente em 9 de dezembro, para homenagear e apoiar pessoas que "trabalham na busca e aplicação de soluções para as mudanças mais urgentes e necessárias no mundo atual".

biodiversidade, contribui para melhorar o convívio social, autossustento e empoderamento da comunidade.

Figura 7 – Hortas urbanas em meio aos arranha-céus de São Paulo



Fonte: Ciclovivo (2018).

As hortas urbanas são utilizadas no mundo inteiro e também no Brasil, neste último ainda com pouca significância, mas já presente nos grandes centros urbanos. Entre os benéficos das hortas urbanas podem ser destacados ganhos individuais, coletivos e ambientais (Quadro 4 – Benefícios das Hortas Urbanas). Os benefícios individuais vão desde a consumir alimentos livres de agrotóxicos como poder gerar renda para a comunidade, destacando a identidade local, assim como contribuindo também para o bem-estar e melhoria da qualidade e vida das pessoas.

Os benefícios coletivos envolvem pertencimento da comunidade ao espaço que ocupam por meio do envolvimento e participação na Permacultura, gerando empoderamento e maior convívio social entre os moradores.

Os benefícios ambientais englobam a melhoria da qualidade ambiental urbana, que ajudam a reduzir as ilhas de calor nas cidades, e contribuir para a melhoria de outras formas de conforto ambiental, como acústico e luminoso, assim como a qualidade do ar.

Quadro 4 – Benefícios das Hortas Urbanas

INDIVIDUAIS	COLETIVOS	AMBIENTAIS
Alimentos livres de agrotóxicos na mesa	Convívio entre a comunidade	Combate a Ilhas de Calor
Desenvolvimento de habilidades	Educação ambiental	Relação Homem-Natureza
Alívio do estresse	Empoderamento da Comunidade	Melhoria da Biodiversidade local
Conhecimento e experiência	Valorização do bairro	Absorção de ruídos urbanos
Geração de renda	Alternativa de lazer contemplativo	Melhoria na qualidade do ar

Fonte: Elaborado a partir de CICLOVIVO (2018).

A Permacultura inserida na agricultura urbana está associada a inúmeros benefícios, sobretudo o de educação ambiental. Por meio dela a comunidade aprende a preservar o meio que ocupa, aprende a reutilizar resíduos orgânicos através da compostagem, passa a cultivar hábitos alimentares mais saudáveis, além de construir ambientes como alternativa de lazer e convivência social, tão relevantes para o convívio no espaço urbano.

3 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS

Este capítulo enfatiza o resgate histórico da formação do espaço urbano de São Luís, dando ênfase para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, em conformidade com seu Estatuto.

Desde os primeiros ciclos econômicos, São Luís teve alterações em seu espaço urbano. Os instrumentos de ordenamento territorial implantados em São Luís, serviram de suporte para mudanças urbanas e na construção de um novo espaço marcado pela urbanização acelerada, contudo preservando a segregação socioespacial de inúmeras formas, até os dias atuais.

Esclarece-se que nesta pesquisa a discussão acerca do espaço pretende ir além de localização geográfica, mas também que, o espaço possa ser visto como palco de transformações sociais e de luta por garantias de direitos. Segundo Milton Santos (2006, p. 39) “o espaço é formado por um conjunto indissociável, e também

contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”, não considerados isoladamente, mas como o quadro único da realidade.

Em virtude de um crescimento exacerbado no ramo da construção civil, acompanhando de uma forte especulação imobiliária em São Luís, a malha urbana vem expondo um processo de gentrificação e exclusão social e espacial na cidade. Contudo é necessário analisar o contexto histórico de como ocorreu esse processo de formação espacial da cidade.

Em se tratando de estrutura urbana, o núcleo inicial de São Luís evoluía, haja vista que em 1642 apresentava uma área externa e outra interna. A primeira refere-se à construção de uma muralha, a qual corresponde hodiernamente ao espaço entre a Avenida Pedro II e a Praça Benedito Leite (incluindo o terreno da Igreja da Sé) em que se sobressaia Convento dos Jesuítas, o Palácio dos Governadores, o Senado, da Câmara e a igreja da Misericórdia. Na segunda destacava-se o Castelo de São Felipe (até 1615 era denominado Forte de São Luís pelos franceses), mais precisamente a Sul, Leste e Centro, as ruas eram retilíneas e alongadas no sentido N-S e W-E, demonstrando a necessidade de especializar a ocupação, devido as incipientes atividades, e predominantemente, ao ritmo das edificações em decorrência do crescimento demográfico. (FERREIRA, 2014, p. 29-30).

A economia maranhense entre 1650 e 1750, tinha destaque para a propriedade fundiária e mão de obra escrava. A população da sede da capitania em São Luís era composta por produtores agrícolas, carpinteiros, ferreiros e comerciante a produção do espaço ocorreu de forma espontânea.

Registra-se que a área pioneira a emergir na ilha foi a Praia Grande. Área esta que foi produzida “[...] através da incorporação de aterros dos brejos e pântanos existentes as margens esquerda e direitas dos rios Anil e Bacanga [...]” (FERREIRA, 2014, p. 31).

Na Praia Grande ficavam localizadas as atividades mercantis e portuárias. Já o comércio varejista, ficava localizado na Praça João Lisboa e o comércio atacadista na Rua Candido Mendes, se estendendo até o Bacanga. Nesse período, as tipologias residenciais variavam entre residências de porta e janela, até sobrados e mirantes luxuosos.

Uma vasta literatura aponta os inúmeros ciclos de desenvolvimento da cidade de São Luís no decorrer dos anos e as mudanças espaciais que a cidade sofreu, iniciando pelo ciclo da economia algodoeira, em larga escala, em meados de 1780 e perpassando pela economia açucareira nos anos 1850. Neste período, a população urbana de São Luís chegou a 16.580 habitantes, graças aos grandes impactos

econômicos que vigoravam na cidade, levando a uma supervalorização do solo urbano ludovicense.

A economia de São Luís teve um crescimento exacerbado a partir do seu primeiro ciclo econômico, envolvendo a economia algodoeira, têxtil, impulsionando mais ainda a urbanização de forma acelerada, tendo, inclusive, inúmeras transformações na sua infraestrutura, melhoria dos logradouros, calçamento, iluminação. Em 1861 a Companhia de Iluminação e gás do Maranhão instalou a sua primeira iluminação a gás e neste mesmo ano a área da Praia Grande tornou-se uma área de comerciantes abastados. No que diz respeito ao crescimento demográfico da cidade,

Na segunda metade do século XIX, entre 1870 e 1890, houve crescimento negativo de 0,36% ao ano, coincidente com a crise econômica que atingiu o Estado, em razão da perda de competitividade dos produtos de exportação no mercado internacional e das medidas abolicionistas que resultaram no fim da escravidão negra. (FEITOSA, 1989, p. 58).

Nas primeiras décadas do século, a economia alcançou estabilidade, o que possibilitou o retorno do crescimento populacional.

Nos anos 1920 a cidade teve um crescimento horizontal lento acompanhado mais tarde de uma crise fabril e comercial. Uma crise também social emerge, e o desemprego e a pobreza são presentes no contexto social e espacial. Essa crise foi registrada no segmento têxtil e um fraco movimento comercial levou a área da Praia Grande ao declínio. Problemas de ordem urbana e social começam a crescer na cidade. O Estado instituiu dois dispositivos legais objetivando direcionar a ocupação e induzir a produção do espaço.

O primeiro é o decreto nº 330 de 03 de junho de 1938, que foi concebido como o primeiro zoneamento do município de São Luís, isto com intuito de promover a localização racional dos diferentes órgãos, proporcionando aos seus moradores vantagens de ordem econômica, sanitária, estética em um Centro Administrativo ou Centro Cívico (artigo 1º). Tal zoneamento incluía cinco áreas: um centro administrativo e quatro zonas distribuídas em comercial, industrial, residencial e agrícola. O segundo refere-se a lei nº 17, de 03 de março de 1950, que estabeleceu os limites das zonas urbanas, suburbana e rural, dos distritos administrativos de São Luís e Anil. (FERREIRA, 2014, p. 43).

Figura 8 – Áreas funcionais de São Luís em 1951



Fonte: Azevedo (1950)

De acordo com Azevedo (1950, p. 34), acerca da constituição do espaço urbano de São Luís, “essa cidade em 1951, apresentava 04 áreas funcionais 1- Comercial, 2- industrial, 3-administrativa e 4- residencial” (Figura 8), sendo a área residencial a maior. A área Comercial de São Luís compreendia o conjunto “Bacanga, a oeste a Rua Antônio Rayol, a leste, Av. Pedro II e Rua José Bonifácio ao Norte, e Rua Jacinto Maia ao sul [...]” (AZEVEDO, 1950, p. 36).

A área industrial compreendia pequenas oficinas e estabelecimentos de atividades fabris. A área administrativa ficava na Avenida Pedro II, onde estava localizada a Prefeitura municipal, o Fórum, o Banco do Brasil e o Palácio do Governo Estadual. Já na área residencial a diversidade de tipologias sempre fez parte da história da construção do espaço urbano de São Luís, desde construções modernas a grandes palacetes.

Com as transformações ocorridas na produção do espaço urbano de São Luís e com a propriedade privada da terra, várias áreas sem infraestrutura, como as alagadas pelas marés passaram a ser ocupadas, dando origem as palafitas. A cidade teve seu crescimento de forma horizontal e o Estado, tendo dividido a zona urbana e zona rural por meio de dispositivos legais mostrou interesse em induzir o uso dos solos da cidade.

3.1 A expansão urbana de São Luís e o planejamento urbano

A segregação socioespacial é intrínseca à formação do espaço urbano de São Luís, sendo que as áreas de população mais abastadas recebiam mais incentivos públicos enquanto as mais carentes eram deixadas a margem do acesso aos serviços e políticas essenciais a vida.

Entre as décadas de 1950 e 1970 a expansão territorial é induzida por exportações e importações no Estado. O final desta última década é marcado por uma migração rural oriunda de uma demanda de mão de obra na construção civil, que levou inúmeros trabalhadores a saírem do campo, em busca de oportunidades de emprego na cidade.

Em 1956, o engenheiro Ruy Ribeiro Mesquita apresenta um Plano de Expansão da cidade de São Luís para reorganizar a estrutura urbana. Neste plano constava a construção de pontes e avenidas na cidade. Em 1958 iniciou a construção de uma ponte no Rio Anil, com ocupação de novos espaços na cidade. Acerca deste plano de expansão, segundo Lopes (2008, p. 58):

O Plano de expansão da cidade apresenta inicialmente um breve relato histórico sobre o desenvolvimento de São Luís, abordando a formação do território da ilha, a povoação da região, o desenvolvimento da cidade em suas diferentes fases, relacionando-a com topografia e o crescimento populacional.

O Plano também defendia a expansão da malha urbana para além dos canais que limitam a Península histórica, com avenidas e pontes, para descentralizar a cidade, assim como a circulação de veículos justifica sua expansão ilimitada, argumentando que com isto “haverá uma maior concentração de atividades com o aumento de velocidade dos veículos, dando ao mesmo tempo a São Luís, proporções de uma grande metrópole” (MESQUITA, 1958, p. 01).

A década de 1970 é marcada pela expansão urbana na cidade de São Luís, acompanhada da construção da barragem do Bacanga e Porto do Itaqui, essas construções “[...] contribuíram para retirar da Praia Grande todos o trabalho de Estiva, ficando somente o movimento Ribeirinho com as embarcações que fazem o trajeto interiorano [...]” (LOPES, 2008, p. 12).

Os conjuntos habitacionais surgiram entre as décadas de 1970 e 1990. Nesse período 55 conjuntos habitacionais foram construídos em São Luís, entre eles, Angelim, Vinhas, Maiobão, Cidade Operária, São Raimundo. Surgem assentamentos

espontâneos, tais como, Vila Luizão, Vila Fecury, Vila Brasil, entre outros, estabelecendo uma segregação Centro-Periferia.

Nesse período ocorre o deslocamento do Centro de consumo das elites para os bairros novos do São Francisco, Renascença e Calhau, instalando-se no Palácio Henrique de La Roque. Esse modelo de expansão possibilitou a permanência de vazios urbanos infra estruturados, com a retenção especulativa do solo, e, por outro lado o aumento da situação de informalidade da ocupação do solo urbano, com a favelização [...]. (LOPES, 2008, p.12).

No início dos anos 2000, a expansão da cidade ocorre por meio de Espigões e várzeas, crescendo também de forma verticalizada, surgindo novas formas do uso do solo e do espaço ludovicense, com destaque para condomínios que contribuem para mudanças espaciais e sociais da cidade.

As transformações que São Luís sofre ao longo das décadas vão desde urbanísticas, ambientais, geográficas e sociais. A cidade, hoje, ainda abraça uma cidade colonial que preserva em seu acervo características singulares de uma paisagem que sofreu alterações, mas mantém em seu espaço urbano, uma essência histórica singular.

O espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Basta que os enfoques particulares se proponham com uma visão contextual, para que, através da soma de estudos setoriais, seja possível recuperar a totalidade (SANTOS, 2011, p. 60).

No que diz respeito as transformações que a cidade passa, esse dinamismo que transforma São Luís em um lugar de mudanças sociais, econômicas, históricas e culturais. “Lugar [...] é o resultado de ações de diversos elementos, que se dão em diferentes níveis. Esses elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo” (SANTOS, 1997, p. 95).

O passado e o futuro de São Luís sempre se cruzam em meio as memórias e dinâmicas de mudanças na paisagem da cidade. O futuro abre espaço para o novo, contudo, algumas características históricas e espaciais peculiares são eternizadas em São Luís, mesmo com tantas mudanças em seu traçado urbano. As mudanças que surgem são organizadas por meio dos instrumentos de planejamento urbano.

O conceito de planejamento urbano sempre esteve relacionado a outros termos, como desenho urbano, urbanismo e gestão urbana. Todos esses vocábulos, apesar de serem distintos, têm algo em comum: o seu objeto de

estudo é a cidade, considerada tanto em relação a suas características físicas quanto sociais, culturais e econômicas [...]. (DUARTE, 2013, p. 24).

Os instrumentos de planejamento do espaço urbano norteiam como se dará ordenamento o territorial desta área. Dessa forma, há uma relação bastante estreita entre esses instrumentos e as dinâmicas territoriais e sociais que envolvem a formação do espaço urbano, suscitando “um debate sobre o desdobramento desta noção a partir de sua vinculação, em uma perspectiva mais sistematizada, com a concepção de ‘múltiplos territórios’ e as diversas abordagens daquilo que se denomina territorialidade” (HAESBAERT, 2004, p.19).

O planejamento é de grande relevância para ordenamento e consequentemente a formação do espaço. “Planejar o espaço urbano significa prever o futuro das cidades, buscando medidas de precaução contra problemas e dificuldades, ou ainda, aproveitar melhor possíveis benefícios [...]” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 56). Neste âmbito que os planos diretores, as leis de zoneamento surgem como alternativas de organização do espaço urbano e o estatuto da cidade vem regulamentar e estabelecer diretrizes gerais da política urbana no Brasil e assuntos relacionados a esta. Considerando que mudanças concretas na cidade podem alterar as relações econômicas, sociais e culturais, cabe ao planejamento urbano antever essas modificações na organização espacial da cidade (DUARTE, 2005).

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, artigo 10º “Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental [...]” (BRASIL, 2001, p. 1). Nos anos 1990, muitas cidades brasileiras iniciam o processo de elaboração dos seus planos diretores e leis de zoneamento, esta última, uma modalidade de planejamento pelo qual a cidade é dividida em zonas e para cada uma destas zonas existe uma legislação para o uso e a ocupação do solo. Contudo, a lei de Zoneamento se mostra como uma legislação complexa, tendo em vista a grande quantidade de índices, tabelas, e o desconhecimento por parte da população. Por conta disso, essa legislação tende a favorecer interesses do empresariado do ramo imobiliário e da construção civil em São Luís, acentuando desigualdades socioespaciais.

Em 1992, é aprovado o Plano Diretor (Lei nº 3.252/1992) e a lei de zoneamento de São Luís (Lei nº 3.253/1992), no governo do ex. prefeito Jackson Lago, contudo as

legislações foram planejadas por uma equipe de profissionais sem nenhuma participação da comunidade, atualmente tão preconizada e defendida pelo Estatuto da Cidade. Importante atentar para o fato de que São Luís já possuía um plano diretor desde 1974, contudo, este demorou dezoito anos para a sua atualização.

A lei de Zoneamento que faz o detalhamento das diretrizes impostas pelo Plano Diretor propiciou transformações na malha urbana na cidade, visto que permitia a construção de edifícios com um número maior no gabarito máximo para zonas residenciais e turísticas.

E, 1992 é aprovada também a lei nº 3.255, que delimitava pela primeira vez em São Luís as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que tinham um intuito de garantir que áreas de populações de baixa renda fossem demarcadas na cidade. O instrumento é relevante para populações vulneráveis, contudo, é ineficaz pois não atinge seus objetivos, representados pela garantia da regularização fundiária aliada à consolidação da infraestrutura e acesso aos equipamentos urbanos.

Em 2006 teve mais um Plano Diretor, seguindo as premissas do Estatuto da Cidade, e a ampliação da nova Região Metropolitana da grande São Luís no ano de 2015. O Plano diretor de 1992 era com intuito de adequar o plano às recomendações da Constituição Federal de 1988, enquanto o plano de 2006 era mais voltado para desenvolver a cidade de forma sustentável.

A formação histórica do espaço urbano de São Luís ocorreu por meio de inúmeras mudanças no contexto geográfico, econômico e social da cidade. São Luís passou por muitas mudanças em sua legislação e espaço no decorrer dos últimos anos. Desde o número de zonas, até o nível de interferência do Estado no uso do solo aumentaram de forma significativa durante o século XX.

Novas legislações que regulam a ocupação do solo foram instituídas e a cidade passou a ter o seu espaço mais planejado. Contudo, não se descarta o fato de que São Luís ainda é palco de muitas segregações socioespaciais, marcada por déficit habitacional, ausência de equipamentos urbanos, deficiência na aplicação das políticas públicas e infraestrutura precária. Marcuse (2004, p. 24), afirma que “a segregação é o processo pelo qual um grupo populacional é forçado a se aglomerar em uma área” definida. É o processo de formação de um gueto

O Estado deve ser o ator principal no âmbito da segregação buscando o ordenamento urbano, que contém e dissimula uma desordem fundamental, pois “[...]”

envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

O que se observa no cenário atual é que as legislações vigentes não têm amparado nem garantido o acesso da população menos favorecida aos serviços e políticas públicas essenciais; na verdade, o próprio Estado que deveria exercer este papel, acaba por ser agente de segregação socioespacial. Outro cenário comum na atualidade, é a destinação pelo poder público municipal de habitações populares às classes menos abastadas, por meio dos programas federais, em terrenos mais baratos, localizados na zona rural ou na periferia urbana, em lugares distantes dos equipamentos urbanos e dos serviços essenciais à vida, deixando a população carente à margem de moradia digna e de qualidade.

Nesse processo, é possível observar que o espaço urbano de São Luís vem sendo marcado por dois grupos antagônicos: um grupo minoritário que detém o uso e a ocupação do solo urbano e que usufrui de infraestrutura adequada e acesso aos serviços básicos e necessários; e um grupo majoritário que vive à margem dos serviços básicos e do acesso a uma infraestrutura adequada, ocupando terrenos em situação irregular, vivendo em territórios precários e onde a legislação urbanística não é cumprida.

A produção do espaço urbano de São Luís tem sido marcada por avanços, mas também estagnações no que diz respeito a construção da sua memória espacial e social. Para Halbwachs (2006 [1950]), a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo. Por um lado, a cidade foi mais planejada e urbanizada, por outro, recrudescem os problemas de mobilidade, exclusão, desemprego e segregação socioespacial.

Novos empreendimentos e a verticalização tem contribuído para mudanças na paisagem urbana de São Luís, contudo, concomitante a esse processo, também ocorrem a gentrificação e segregação por meio e muros invisíveis que dividem as áreas da cidade.

3.2 As áreas subutilizadas e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade

A função social da propriedade urbana consta desde 1934 na Constituição Brasileira, mas a ênfase ao seu significado só ocorreu de fato em 2001, com a

promulgação do Estatuto da Cidade. Trata-se de uma lei construída com participação dos movimentos da sociedade civil que lutam ativamente pela reforma urbana.

No Brasil, o debate sobre a função social da cidade está em pauta desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é resultado do processo de Redemocratização que se inicia em 1985, período em que ocorreu uma Assembleia Constituinte para que essa Assembleia pudesse elaborar e desenvolver o que seria a nossa Lei Magna, fruto de muitas discussões.

Essas discussões, realizadas por meio de reuniões entre os Conselhos de desenvolvimento urbano das cidades do Brasil tinha como principal proposta a Reforma Urbana, que dizia respeito a construção de uma cidade mais justa, mais inclusiva e com participação popular.

Com a Redemocratização em 1985 e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a proposta da Reforma Urbana ganha mais relevância. A regulamentação da Constituição Federal em relação a política urbana só ocorre em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade. Lei que obrigou as cidades com mais de 20 mil habitantes a terem o Plano Diretor. Atenta-se para o fato de que São Luís já tinha o seu Plano Diretor desde 1992, contudo este necessitava passar por uma revisão.

O Estatuto da Cidade atenta para uma Reforma Urbana, em que a cidade deve cumprir sua função social e estar adequada aos habitantes, tendo acesso a qualidade de vida, infraestrutura e a serviços adequados, assim como condições de habitabilidade, devendo ser compreendida como um organismo coletivo e não para atender o planejamento dos agentes capitalistas. É imprescindível que a cidade seja compreendida também como um modo de vida muito além da dinâmica do uso do solo, pois ele envolve outras dinâmicas, entre as quais as sociais, culturais, étnicas, trabalhistas, se relacionando com o uso do espaço público e com o verdadeiro sentido do direito a uma cidade que cumpra com a sua função social de fato.

Conquistar o direito à cidade é meta, objetivo, objeto de luta de vários movimentos sociais nacionais e internacionais. No Brasil, esse debate está em pauta desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988. (RODRIGUES, 2004, p.10).

O Estatuto da Cidade foi elaborado com a participação ativa da sociedade, sobretudo dos movimentos que defendem a Reforma Urbana, constituindo um forte

instrumento de defesa da política habitacional urbana, assim como de esclarecimento da sociedade quanto a seu direito a essa política pública. Segundo Brasil (2001, p. 01), o art. 2º do Estatuto da Cidade estabelece normas “que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Dispõe que a política urbana ordena “funcionamento da cidade e da propriedade urbana...” (Cap. I, art. 1º, par. Único), preconizando que a sociedade deve ter acesso a uma cidade mais sustentável, com moradia digna, infraestrutura urbana, saneamento ambiental, serviços básicos e equipamentos urbanos de qualidade. Para Rodrigues (2004, p. 13):

O Estatuto reafirma a propriedade privada/individual, impõe alguns limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos.

Espaços deliberativos e de participação popular também fazem parte da construção da Democracia. Entre estes destacam-se as Conferências Nacionais das Cidades, cujo primeiro evento, com representantes de 3 mil municípios brasileiros de diferentes regiões geográficas, deliberou sobre as problemáticas urbanas, garantindo a participação da sociedade em seu levantamento e discussão. Conferências subsequentes vêm contando com a participação da sociedade por meio dos Conselhos da Cidade, que defendem os direitos dos cidadãos.

A cidade deve caminhar ao encontro dos direitos da população, cumprindo com a sua função social e proporcionando melhores condições de habitá-la e o Estatuto da Cidade auxilia nesse processo, por meio de diretrizes e instrumentos de cumprimento dessas diretrizes.

No âmbito da conjuntura referida, a cidade constitui um organismo heterogêneo dotado de especificidades e necessidades locais. A elaboração das normas específicas ficou a cargo de cada município, por meio da regulamentação do Plano Direto, principal instrumento de ordenamento territorial, que tem como função estabelecer regras, parâmetros para o desenvolvimento das cidades, assim como a execução da política urbana e garantir que a cidade cumpra sua função social, como um dos pontos principais para que uma cidade proporcione meios de vida adequados a toda a sua população.

A função da cidade deve estar de acordo com as necessidades da população, atendendo aos interesses da coletividade e não do capital. Para isso, é necessário

que a propriedade cumpra sua função social com responsabilidade compartilhada entre o poder público e privado, com respeito ao retorno que um determinado terreno deve proporcionar a população. Portanto a função social da propriedade está estreitamente relacionada ao uso e ocupação do solo.

Os terrenos que se constituem vazios urbanos, por não comprimirem com a sua função social causam prejuízos a sociedade, por ociosidade, degradação, abandono, sendo que poderiam estar sendo utilizados para o bem coletivo, e conseqüentemente, para o desenvolvimento da cidade. Portanto, o espaço urbano deve ter o seu uso e ocupação condizente com os interesses da sociedade, não sendo permitido atender somente interesses privados. A propriedade cumpre sua função quando proporciona benefícios a sociedade, colaborando com o bem-estar de todos. O art. 5º, incisos XXII e XXIII, da Constituição Federal, dispõe acerca dos direitos e garantias individuais, preconizando a função social da propriedade.

Essa ótica de observação do espaço urbano é interpretada por Lefebvre (2008, p. 25), para quem este segmento do espaço é “locus e produto das relações sociais, de forma concomitante”. O centro da cidade torna-se um lugar de consumo ao mesmo tempo que representa o consumo do lugar. Este autor destaca o crescimento das periferias urbanas, revelando a concentração da propriedade privada do solo urbano como uma das formas da riqueza, afirmando que o “urbanismo” deve agregar as significações da velha prática chamada “habitar” a uma “teoria geral dos tempos-espaços urbanos”, para indicar uma nova prática, pois este urbanismo só existe virtualmente (LEFEBVRE, 2008, p.102). Uma cidade justa é uma utopia, algo a ser construído por meio de lutas coletivas da sociedade contra o modo de produção capitalista do espaço urbano. Portanto, o direito a cidade seria:

[...] à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc. [...]. A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...]. (LEFEBVRE, 2008, p.139).

Para este autor, essas transformações fazem parte de um processo de transição. Há, claro, um diálogo de formação entre a sociedade urbana e a cidade, mas não um espelhamento (LEFEBVRE, 1968, p. 19). São problemáticas que ainda precisam ser analisadas para verificar a virtualidade do Estatuto da Cidade na construção de nova teoria de tempos-espaços que permita concretizar o Direito à

Cidade (RODRIGUES, 2004, p. 11). O cumprimento da função social consiste na melhor forma da população ter acesso a uma cidade digna, por meio dos princípios sociais: *Habitação, circulação, lazer e trabalho*, previstos na Carta de Atenas, desde 1933, fruto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

O princípio da habitação expressa que toda e qualquer pessoa tenha direito a uma moradia digna, em área urbanizada, com acesso aos serviços básicos essenciais a vida, a equipamentos urbanos de qualidade e infraestrutura adequada. A Circulação atribui significado à mobilidade urbana que constitui o direito a locomover-se de forma digna e segura, tendo acesso a pavimentação, calçamento e serviço de transporte que atenda as pessoas com necessidades especiais.

O trabalho diz respeito ao acesso à atividade exercida digna e satisfatoriamente, e que possa suprir as necessidades básicas dos indivíduos. E que estes serviços sejam prestados procriemos das moradias, garantindo seu acesso. Já o lazer visa garantir qualidade de vida à sociedade, está estabelecido no âmbito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi incorporado na Constituição Federal Brasileira, assim como pelo Estatuto da cidade, sendo possibilitado por meio da disponibilidade de espaços públicos de lazer e acesso livre a áreas verdes.

O cumprimento do Estatuto e da função social da Cidade e da propriedade, são um desafio na atualidade, tendo em vista que a propriedade ainda não está de fato a serviço da sociedade, mas sim regida pelo capital. Essa mudança já vem ocorrendo nos últimos anos, porém de forma lenta, por meio de muitas lutas sociais, que ainda deverão permanecer, até que esse importante instrumento de ordenamento territorial e planejamento urbano se faça cumprir.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: Ilhinha

Neste capítulo serão abordados os aspectos mais relevantes da área, objeto de estudo, bem como os principais indicadores sociais que caracterizam este espaço, incluindo a discriminação dos setores mapeados como áreas subutilizadas, por meio de mapas e registro fotográfico, assim como, a análise socioespacial.

O Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste do Brasil e faz limites com os estados do Piauí, Tocantins e Pará, IBGE (2010), com população estimada é de 7.035.055 habitantes, densidade demográfica 19,8 habitantes/m² (IBGE, 2010). Suas principais atividades econômicas são baseadas na indústria, agricultura, pecuária e serviços.

Embora dotado de muitos recursos naturais, o Maranhão é um dos estados mais pobres do Brasil, registrando baixos indicadores sociais e econômicos. Segundo dados do IBGE (2016), a menor renda per capita do Brasil era a do Maranhão, que tinha R\$ 12.264,28, valor próximo ao do Piauí, que somava R\$ 12.890,25.

Com um PIB inexpressivo de 1,4%, o Maranhão cresceu 9,7% acima da alta de 1% da economia estadual como um todo, com destaque para a produção de soja e arroz, ocupando uma ótima posição no ranking de estados que mostraram desempenho acima da média com o agronegócio em 2021, segundo dados do Boletim de conjuntura econômica maranhense de 2021 (IMESC, 2021).

Há de se destacar que apesar dos altos e baixos no que diz respeito aos índices socioeconômicos, o Maranhão é um dos estados com a maior diversidade de ecossistemas do país, compostas por florestas, mangues, rios, cachoeiras, cerrados, que faz dele um dos mais procurados por turistas de todo o mundo.

A localização geográfica associada à ocorrência de três biomas diferentes contribui para que o estado do Maranhão apresente rica diversidade de paisagens. Apesar da formação de cerrado dominar a paisagem natural do Maranhão, com 23%, as fisionomias de florestas perfazem 19% do Estado, sobressaindo também áreas de vegetação secundária, em 26% do Estado. (SPINELLI 2016, p. 26).

Com uma vasta e rica vegetação, o estado possui inúmeras áreas que podem ser aproveitadas para o cumprimento da função social, tendo em vista a grande quantidade de terras que infelizmente ainda são distribuídas de forma desigual, ecoando desigualdades sociais gritantes em seu cenário socioeconômico.

A cidade São Luís, capital do estado, está situada na porção norte do município que ocupa a face ocidental da ilha do Maranhão, com área de 834,8 km², limitando com os municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís, que formam a região metropolitana de São Luís, localizada no continente (Figura 9).

No que diz respeito a distribuição dos moradores, maior parte da população de São Luís está localizada na zona urbana. A população de São Luís se distribui pela capital de forma desigual, em bairros, loteamentos, conjuntos habitacionais e ocupações irregulares com características que diferem bastante na forma de ocupação.

Figura 10 – Delimitação da Ilhinha



Fonte: Elaborado por Igor de Lucas Santos, 2022

A Ilhinha possui uma área total de 559.455m², segundo dados do IBGE (2010). Tem como limites o bairro do São Francisco e o canal da Jansen, paralelo ao conjunto Basa e a Lagoa da Jansen. A área é marcada pela existência de mangue, lagoa e Igarapé da Jansen, como uma das suas características peculiares.

Aspectos mais relacionados as características sociais e espaciais, assim como, os indicadores sociais desta área serão tratados no último capítulo deste trabalho que trata dos resultados e observações da pesquisadora, coletadas na pesquisa de campo.

4.1 Histórico

Para tratar de informações acerca da localização, histórico e formação espacial da Ilhinha serão utilizadas referências de Pacheco (2001), bem como fatos narrados pelos moradores do local.

São Luís passou por um intenso processo de urbanização nas décadas de 1970 e 1980. O Plano Diretor de 1992 da cidade foi aprovado na década de 1970 para orientar o crescimento físico decorrente da implantação de grandes plantas industriais de rede de infraestrutura. O documento veio com a proposta de traçar diretrizes para a política de desenvolvimento do município, com a finalidade de regular a ocupação e proporcionar a sustentabilidade e melhores condições de vida para a população.

Em meados de 1990, o que se via no cenário urbano de São Luís era a desatualização do Plano diretor em face a realidade urbana. Em 1992 São Luís teve o seu Plano Diretor baseado na proposta de desenvolvimento urbano e posteriormente foi necessário um plano diretor baseado no Estatuto das cidades.

É importante fazer um adendo que foi nas décadas de 1990 que a Ilhinha ingressou a Zona de Interesse Social – ZEIS, pela lei N° 3.252, que dispõe sobre o Plano diretor de São Luís. Com o processo de urbanização intenso na cidade, vários bairros se desenvolveram, a destacar o bairro do São Francisco que nesta época apresentou grande potencial comercial e administrativo.

Iniciou-se nesse momento o processo de ocupação da região da Lagoa por famílias vindas do interior do Estado ou de outros bairros. Sem condições para pagar aluguel, começaram a construir suas moradias sobre a lagoa em palafitas (RIO BRANCO, 2012 apud BOGEA, 2016, p. 59).

Aglomerados de palafitas e barracões surgiram nesse período e ainda hoje fazem parte do cenário urbano do bairro, sendo a moradia de muitas famílias (Figura 12). Ainda, segundo Bogeia, 2016:

A Ilhinha foi ocupada inicialmente por canoieiros que realizavam travessias antes da ponte do São Francisco. Foi formada a partir do assoreamento do Rio Anil, devido à formação do canal da Baía de São Marcos. Houve intensa dragagem para a limpeza completa, de modo que ocuparam o mangue e essa situação se tornou cada vez mais desordenada.

Segundo narrativa dos moradores mais antigos da Ilhinha, a comunidade passou a adotar essa nomenclatura por apresentar características de uma ilha no seu nascedouro.

Conforme o trabalho intitulado de "Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís", da autora Heloisa Reis Curvelo-Matos:

O surgimento da povoação do Geomorfotopônimo Ilhinha, bairro do São Francisco, está intimamente relacionado ao aterro da Ponta d'Areia e ao represamento do Igarapé da Jansen, pois foi a partir dessas duas obras que houve o surgimento da Lagoa da Jansen e também da Avenida Maestro João Nunes. A área de maré/mangue que fica intermediária entre a Lagoa da Jansen, o Bairro da Ponta d'Areia e o do São Francisco foi ocupada por pessoas humildes que fizeram suas palafitas e passaram a morar na localidade, originando assim uma ilha pequena, a Ilhinha (CUERVELO-MATOS, 2014, p. 146).

Vale ressaltar que a área sempre foi uma região alagadiça, de mangue, um dos motivos que não despertava interesse financeiro do setor imobiliário. Importante mencionar que desde o início da formação dessa área, inúmeras moradias eram levantadas pelos próprios moradores e alguns em região alagadiça, as palafitas e a população residente não possuem acesso a serviços básicos e infraestrutura adequada.

Devido às características físicas (alagadiça) dessa área, a mesma não despertou nenhum tipo de atrativo ao mercado da construção civil que já se desenvolvia, portanto, a construção das moradias ficava a cargo dos próprios moradores através da autoconstrução (MARTINS, 2018, p. 85).

Apesar de terem sido implantados alguns programas de distribuição de casas, como o PROMORAR, abertura de imóveis para famílias de baixa renda, de iniciativa dos governos estadual e federal, até o ano de elaboração desta pesquisa foi possível observar inúmeros moradores residindo ainda em palafitas.

Além das palafitas, na paisagem urbana da Ilhinha e entorno é possível observar casas feitas com sobras de material construtivo, tais como, plástico, metal, lonas e até papelão (Figura 11).

As casas sempre eram erguidas novamente durante a noite, na esperança de uma moradia fixa. Segundo o Sr. Claudio Costa, Presidente da Associação Beneficente Esportiva Cultural da Vila Portelinha – ABEC, uma outra comunidade existente dentro da Ilhinha. Muitos moradores chegavam a “guardar” a área alagadiça com tábuas, onde posteriormente seria construída sua “casa”, sob forma de palafita, prática essa que é realizada até hoje.

Desse modo, ao longo da década de 1970, essa área fora ganhando contornos através de repetidos aterramentos realizados pelos primeiros moradores. O pioneirismo vem acompanhado de muito sacrifício, pois pelos relatos as primeiras casas erguidas foram derrubadas por policiais com motosserras, visto que por ser na época uma área alagadiça as moradias eram do tipo palafitas (MARTINS, 2018, p. 85).

Figura 11 – Barracões no Residencial São Francisco, entorno da Ilhinha.



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019

No que diz respeito a infraestrutura local, a iluminação da Ilhinha foi iniciada por meio de postes de madeira trazidos pelos próprios moradores. A Ilhinha demonstrou uma dependência significativa do São Francisco, no que diz respeito ao seu surgimento e infraestrutura, conforme observou-se pela narrativa histórica dos moradores e o autor abaixo.

Na perspectiva funcional-sistêmica, tanto a Ilhinha como o Sítio Campinas/Basa não constituem bairros, pois não agregam funções de centralidade e são apenas fragmentações físicas da totalidade do bairro do São Francisco, compondo um invólucro periférico dependente dos serviços ofertados pelo core do bairro, especialmente o Sítio Campinas/Basa, que é unicamente residencial. (PACHECO, 2001, p. 10)

O abastecimento de água era dependente do bairro São Francisco, de onde os moradores traziam a água a pé. Observa-se por essa fala que a Ilhinha teve seu surgimento marcado por grande participação popular dos moradores e ausência de suporte e garantia de direitos básicos por parte do Estado.

Além da dependência do São Francisco a Ilhinha teve a formação do seu espaço urbano que contrastava com a Ponta D'areia, bairro nobre da capital.

O plano de expansão para o desenvolvimento de São Luís de 1958 criou um desenho urbano na área compreendida entre o rio Anil e o mar, definindo cinco zonas que eram destinadas aos usos social, administrativo, comercial e residencial. Esse zoneamento proposto para ocupação do novo território já determinava a divisão em setores de acordo com a renda do indivíduo, pois criou zonas residenciais com as seguintes designações: “de luxo” e de “primeira classe”, que seriam destinadas àquelas camadas sociais com um alto poder aquisitivo. Essas zonas nobres ocupavam parte do território com vista para a orla marítima, onde atualmente se encontram os bairros da Ponta d'Areia e de São Marcos, enquanto as zonas residenciais de “segunda e terceira classes” ocupariam a parte mais central da área, que hoje é ocupada pelos bairros Renascença I e II. (ALCÂNTARA JR, p. 11)

A classe social de São Luís nesse período deu preferência por bairros com vista mar e/ou natureza, permitindo uma desvalorização do solo urbano em relação ao outro. É válido destacar a nomenclatura utilizada pelo ramo imobiliário, no que diz respeito ao bairro Ponta d'Areia que passou a ser chamado de “Península”, como atrativo e promessa que a pessoa residiria na orla, próximo ao mar, garantindo status a quem passasse a morar nessa região da cidade.

O termo foi adotado de forma pioneira e visionária em 2004 pelo empresário Francisco Rocha da imobiliária Francisco Rocha, como estratégia de marketing para vender empreendimentos imobiliários nesta área da Ponta d'Areia. Condições como a posição da localidade em relação ao mar

associada ao acesso único pela Avenida dos Holandeses facilitou a propagação da utilização (RIBEIRO, 2013, p. 78).

A Ponta d'Areia intitulado de Península pelo segmento imobiliário, passou a ser vista como área de luxo e status social, ao passo que a Ilhinha apresentava carências, ausência de políticas públicas e investimento do Estado. Este espaço foi ocupado e vem construindo sua identidade ao longo da sua história, pautada em lutas sociais por melhores condições de vida e acesso a direitos básicos.

Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: **Identidade legitimadora:** introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett,⁶ e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/ condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação,' construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidades. **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 2000, p.55).

Segundo Castells, conforme citação acima, a identidade tem início com manifestações de resistência, contudo podem resultar em projetos, transformando-se em identidades legitimadoras, que dão origem a uma sociedade civil.

4.2 Espaço Urbano e Equipamentos Urbanos

No que se refere aos equipamentos urbanos econômicos existentes na Ilhinha, a área em questão é quase toda residencial, conforme já exposto nesta pesquisa (figura 02), esta área possui comércios, minimercados, mercearias.

Foi se desenhando, locacional e estruturalmente, no sentido de adaptar-se ao atendimento das necessidades de consumo mais imediatas dos moradores locais proliferando-se, então, algumas atividades comerciais de esquina e vizinhança, como comércio de materiais de construção, padarias, mercearias, oficinas de grades e portões, serrarias, marcenarias, bares e assemelhados. (PACHECO, 2001, p. 10)

Quanto aos demais equipamentos urbanos presentes, foi constatado em visita a esta área que destacam-se: duas Igrejas, uma católica e outra evangélica (um local de convívio social para a comunidade); duas escolas públicas, uma primária (até ao primeiro ano) e a outra secundária (segundo e terceiro ano); uma creche, que não supri a demanda local de crianças que residem no bairro, e, uma Associação de

Moradores, que exerce função também de creche infantil, um campo de futebol para atividades desportivas, da Secretaria de Esporte e lazer. Foi identificado outros campos de futebol, contudo, improvisados pela comunidade, com materiais não adequados.

Durante a entrevista realizada com os moradores, a necessidade da creche foi uma das demandas mais relatadas por estes, tendo em vista que os pais geralmente trabalhavam em regime integral e não tinham onde deixar os filhos, durante esse período, ocasionando esta problemática social de carência de espaços de convívio e lazer para as crianças.

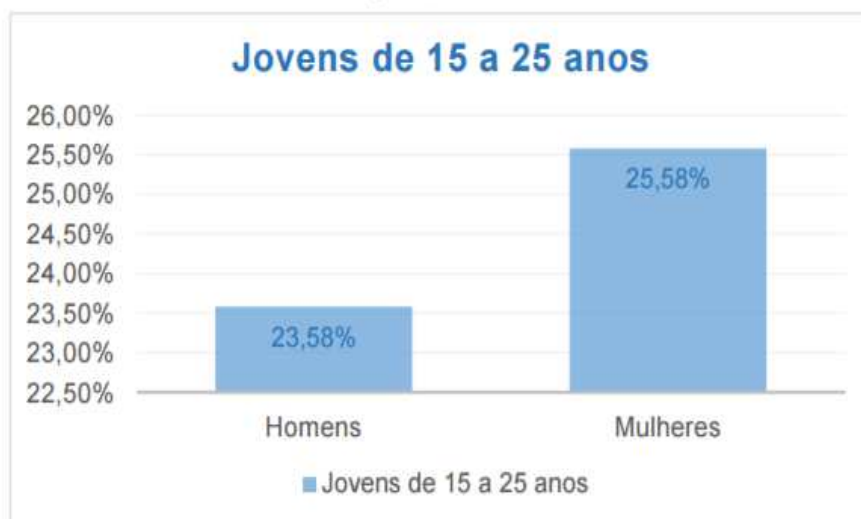
4.3 População

De acordo com IBGE (2010)², a população do bairro da Ilhinha é de 6.901 pessoas, sendo 3.294 homens e 3.607 mulheres, o que se conclui que a população feminina chega a ser mais que 50% de sua população. Cerca de 25,6% da população feminina é de jovens e 23,5% do sexo masculino (Gráfico 1).

Analisando a densidade demográfica da Ilhinha encontramos mais de 13.000 habitantes/km². O número de habitantes extremamente alto, causando problemas socioespaciais e carência de habitações, degradação do meio ambiente, ocupações irregulares, entre outros.

² O Censo do IBGE é realizado de 10 em 10 anos. O último Censo deveria ter sido feito em 2020, contudo foi adiado devido a pandemia do covid19, logo, o próximo censo está previsto para ser realizado entre agosto a outubro de 2022, segundo site do IBGE. Embora os dados estejam defasados, ainda são referência para estudos nacionais.

Gráfico 1 – População Jovem na Ilhinha



Fonte: IBGE, 2010

Um dos problemas principais, consequência desse crescimento desordenado é a ausência de moradia, assunto abordado também nesta pesquisa, apontado como uma das problemáticas pelo qual a comunidade passa atualmente.

4.4 Renda

De acordo com o censo do IBGE (2010), a renda da população da Ilhinha mostra que 887 famílias não recebem um salário mínimo, sendo possível verificar como que se encontra a situação financeira da população da comunidade (Tabela 1).

Tabela 1 – Renda da população da Ilhinha

Quantidade de Pessoas	Renda Mensal
191	1/8 a 1/4 de salário mínimo
577	1/4 a 1/2 de salário mínimo
593	1/2 a 1 salário mínimo
214	1 a 2 salários mínimos
33	2 a 3 salários mínimos
18	3 a 5 salários mínimos
15	5 a 10 salários mínimos
2	Mais de 10 salários mínimos
119	Sem Renda

Fonte: IBGE, 2010

Também é perceptível que apenas 1,361 famílias recebem até um salário mínimo para a sua sobrevivência, ou seja, vivem em situação de pobreza absoluta, sem acesso a direitos básicos.

Conforme entrevista realizada com os moradores foi possível verificar que a minoria possui emprego fixo, sendo a renda, em sua maioria, oriunda de bicos, quando não, o desemprego é presente e algumas famílias vivem de favores e doações, conforme dados coletados que serão expostos no último item desta pesquisa.

4.5 Escolaridade

O Renascença é a área que possui menor percentual de moradores com 5 anos ou mais não alfabetizados (

Gráfico 2), o que ressalta que este indicador tem relação com a renda da população, tendo em vista que é um bairro de população abastada. A Ilhinha tem o maior índice de não alfabetizados, seguida do Jaracaty, no que diz respeito a esse indicador, conforme dados do IBGE.

Este indicador social tem relação estreita com a renda, visto que quanto maior a qualificação de um povo, maior é a renda, ou seja, quanto menos qualificada é uma população, mais desempregada ela é. A renda é proporcional à qualificação e escolaridade de uma população.



Fonte: São Luís em dados, 2019

A Ilhinha possui nível de escolaridade baixo, conforme gráfico acima. Outro fato importante também a ser mencionado é que esta área é pouco abastecida com unidades de ensino e creches, conforme informações coletadas com os participantes

desta pesquisa, problemática que trazem demandas como longos deslocamentos, dificuldades na logística das famílias em relação a rotina de trabalho e consequentemente, baixo índice de permanência na escola.

4.6 Saúde e Saneamento Básico

Esse dado denota a falta de infraestrutura nas casas e no saneamento local. Muitas das casas não possuem revestimento algum e muitos residem inclusive em barracões improvisados, em espaços mínimos para sobrevivência, sem higiene alguma (Figura 12). O lixo é frequentemente jogado nas ruas, propiciando o mal cheiro e a propensão de doenças.

A situação do saneamento básico Ilhinha pode ser observada abaixo, onde é possível identificar inúmeros catadores de lixo, uma prática comum nesta localidade, onde muitos moradores organizam-se com carrinhos, sacolas ou até mesmo carros de mão para recolher lixo, que ainda podem ser “aproveitados”. Nas áreas de maior incidência de vulnerabilidade social, pode-se observar o acúmulo de muito lixo, entre eles, resíduos orgânicos e sobras de material construtivo (Figura 13).

Segundo o documento São Luis em dados, 2019, da prefeitura de São Luís, o percentual de domicílios particulares da Ilhinha sem banheiro ou sanitário está acima dos demais bairros Jaracaty, Renascença, Santa Eulália e São Francisco, demonstrando a carência que a área tem, no que diz respeito a esse indicador social (Gráfico 3).

Figura 12 – Lixo a céu aberto na Ilhinha



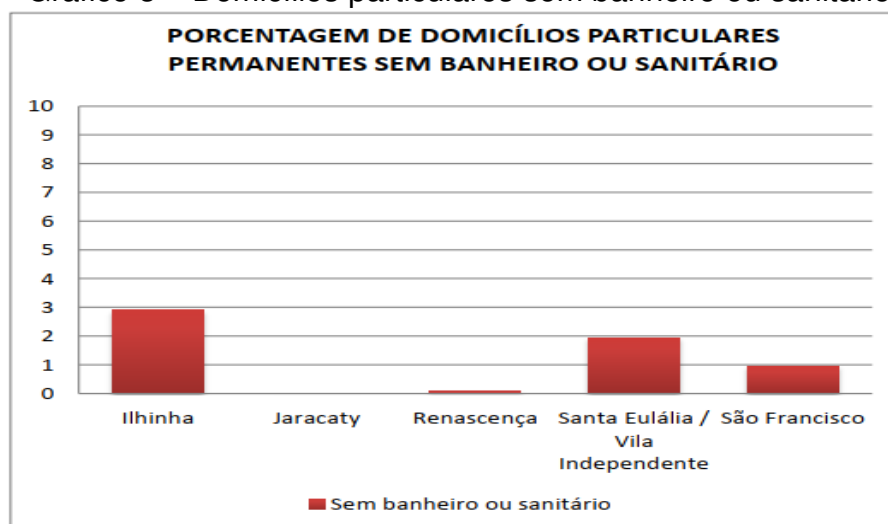
Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019.

Figura 13 – Casa construída com sobras de material construtivo



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019.

Gráfico 3 – Domicílios particulares sem banheiro ou sanitário



Fonte: São Luís em dados, 2019

A Ilhinha possui grande vulnerabilidade relacionada ao acesso à saúde e saneamento básico, marcada também pela escassez de acesso às unidades próximas da comunidade, o que dificulta o acesso a essa política pública.

4.7 Mapeamento das áreas residuais: as áreas subutilizadas na Ilhinha

Como já relatado anteriormente, a Ilhinha possui várias áreas residuais, sem ocupações ou cumprimento da função social. Com base nesse raciocínio foi realizado um estudo acerca do uso e ocupação do seu solo, paralelo a um mapeamento das áreas residuais existentes no bairro. Durante o mapeamento foram identificadas áreas

com grande potencial paisagístico, para lazer contemplativo e para intervenções permaculturais. O critério de escolha das áreas ocorreu da seguinte forma:

- Áreas sem cumprimento da função social;
- Áreas sem oferta de serviços de lazer ou convivência social;
- Áreas com potencial paisagístico;
- Áreas com necessidade de melhoria na oferta dos serviços;
- Áreas em situação de vulnerabilidade social.

As áreas mapeadas foram divididas em 3 (três) zonas, a saber:

Zona 01 (Ilhinha – Terreno público do Governo Estadual)

Terreno público de propriedade do Governo estadual que já está a bastante tempo ocioso, sem cumprimento da função social. Fica localizado na parte posterior do Condomínio Jose Chagas. Possui uma área de 3.527m² e um perímetro de 257m (Figura 14).

Não há áreas de lazer no entorno, com exceção da Praça Bota fogo que fica localizada a algumas quadras do terreno.

O terreno faz divisa com o Condomínio José Chagas (Figura 15). A região possui comércios, escolas e mercearias e prédios comerciais.

Figura 14 – Zona 01 – Ilhinha



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth

Figura 15 – Rua paralela ao terreno da Zona 01



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019

Zona 02 (Ilhinha)

Nesta zona está localizada a Praça Botafogo, que tem uma área de 6.456 m² e um perímetro de 421 m (

Figura 16). Na praça possui um Posto Policial e uma academia em condições de uso. O terreno está sem poda e atualmente sendo utilizado para circulação de cavalos, as calçadas estão depredadas, com risco de causar acidentes para quem circula no local.

A área possui potencial paisagístico e para lazer contemplativo, contudo não oferece nenhum serviço voltado para a qualidade de vida dos moradores do bairro, pois se encontra inativa, além da praça se encontrar em situação de descaso.

O posto policial existente na área ainda funciona fazendo a segurança local. Conforme visita realizada ao local, muitas pessoas utilizam a praça para realizar caminhadas. O único serviço disponível na praça é a academia ao ar livre que ainda se encontra em condições de uso (Figura 17).

Figura 16 – Zona 02 – Ilhinha



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth

Figura 17 – Praça Botafogo



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019

Zona 03 (Residencial da Jansen)

Bairro criado no Governo do ex-prefeito Jackson Lago, composto por casas, em sua maioria, de dois pavimentos, fazendo fronteira com Portelinha e Vila Jumento, outras ocupações irregulares (

Figura 18). Possui potencial para lazer contemplativo, com um campo de futebol bastante utilizado pelos moradores, sem condições infraestruturais (

Figura 19). A área utilizada para este uso não possui pavimentação. Esta zona possui uma área de 1.200 m² e um perímetro de 165 m.

Figura 18 – Zona 03 – Residencial da Jansen



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth

Figura 19 – Terreno no Residencial da Jansen



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2019

É uma região composta por manguezais e os moradores fazem uso às áreas de convívio improvisadas por eles, como mesas feitas de carretel, bancos de pedras. O campo de futebol é bastante utilizado, mas não possui infraestrutura alguma, além de possuir lixo acumulado neste local, como pneus, sobras de material construtivo, entre outros resíduos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: cenários atuais na Ilhinha

Este capítulo aborda a pesquisa de campo, fazendo um resgate da formação do espaço urbano da Ilhinha, sob observação dos moradores, assim como a análise dos resultados oriundos da observação pela pesquisadora e da aplicação da entrevista semiestruturada com os participantes, como forma de analisar a opinião da comunidade e sensibilizar acerca da requalificação da área por meio da Permacultura.

A Ilhinha possui um histórico de lutas sócio espaciais com grande participação da comunidade desde o seu surgimento. Durante a entrevista semiestruturada realizada com os moradores foi possível observar que a maioria dos moradores relatou um histórico de lutas e relações de dependência em relação ao bairro do São Francisco, no que diz respeito a infraestrutura e abastecimento de água.

O presidente da Associação de moradores da Vila Portelinha, Sr. Claudio Costa relata que residia próximo a Lagoa da Jansen, quando decidiu morar na Ilhinha,

comprando um terreno no local. Ele colaborou no processo de “invasão” desta área, conforme relata.

A violência era muito presente no bairro com vários casos de tráfico de drogas, facções, estupro de mulheres e assassinatos. Em meio as situações de violência constantes eles foram levantando as casas com pouca estrutura, sem apoio algum e materiais de baixa qualidade, em condições insalubres.

Segundo o Sr. Claudio “No dia 23 de junho de 2013, a gente conseguiu invadir aqui e ficar, quem chegava eu dava um pedaço de terra pra construir. Aqui era só mangue e muito perigoso e graças a Deus deu certo”. As primeiras casas da Ilhinha foram construídas em formato de palafitas pelos próprios moradores, segundo o entrevistado. Hoje ele relata que a comunidade já tem o suporte e apoio da Blitz urbana e não tem mais casos de violência.

Até a data da finalização desta pesquisa (junho de 2022) foi possível observar muitas palafitas em processo de construção, e ainda, espaços “reservados” para construções futuras nesse formato, em áreas muito vulneráveis e em situação de periculosidade e insalubridade (Figura 20). Sobre as áreas de lazer existentes no início da Ilhinha, o Sr. Claudio relata que havia apenas um campo de futebol da Beira Rio. Ele utilizava esse campo e teve a ideia de se dedicar às crianças da comunidade, tirá-las ruas e oferecer aulas de futebol nesse campo, assim como reforço escolar.

Figura 20 – Palafitas em construção na Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

O campo de futebol ainda existe até a data da finalização desta pesquisa, contudo, a comunidade já possui hoje outro espaço de lazer: a quadra esportiva e a praça pública que foi construída pela prefeitura no início da Avenida Ferreira Gullar, o único espaço de lazer existente na comunidade (Figura 21). “Não há espaço para fazer um passeio com crianças”, afirma ele.

Figura 21 – Praça pública e quadra esportiva, Av. Ferreira Gullar



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

A comunidade hoje possui essa Associação de moradores voltada para os moradores não só da Ilhinha, mas também adjacências, com foco principalmente nas crianças e projetos sociais voltados para aulas de futebol, ações educativas para gestantes, sopão para a comunidade, doação de cestas básicas, cursos de artesanato. Todas as ações são realizadas com doações, sem recurso público.

Sobre a rotina dos moradores da Ilhinha é “um dia-a-dia de dores”, conforme o Sr. Claudio afirma em entrevista. As famílias em sua maioria são desestruturadas, marcadas por conflitos familiares e sem a figura paterna presente, conforme relatos dos moradores. A situação financeira também contribui para esse quadro negativo, segundo ele, pois maior parte das famílias são desempregadas e quando trabalham, a renda não é suficiente para suprir as necessidades familiares.

A Ilhinha possui áreas verdes de forma pouco significativa, hoje, segundo o entrevistado. O maior desafio da comunidade é que a comunidade não possui opções de lazer voltadas para passeio, recreação e esporte e só possuem uma creche na comunidade que não supre a demanda deles, além de ser de iniciativa privada.

Segundo o Sr. Claudio, recentemente foi inaugurado um campo de futebol, mas é um espaço pago. “Aqui a gente precisa muito de área de lazer. O sonho da nossa comunidade era uma área de esporte, futebol, academia, dança, que um idoso possa fazer uma zumba”.

No que diz respeito a infraestrutura e saneamento básico da Ilhinha, durante a realização da pesquisa foi observado que a comunidade possui muitas áreas ociosas com acúmulo de lixo e um grande número de ferros-velhos, que gera uma poluição visual bem significativa na sua paisagem urbana. Os moradores precisam levar os lixos até os containers localizados na avenida Ferreira Gullar, estando esses contêineres cheios, na maioria das vezes, o lixo chega a transbordar, atraindo animais vetores (Figura 22).

A ruas não possuem infraestrutura adequada, com lixo a céu aberto, que atrai animais para esses locais. A pavimentação das calçadas encontrava-se em situação precária em diversos pontos da Avenida Ferreira Gullar (Figura 23), em alguns pontos até causando riscos de acidentes para quem circula o espaço.

Figura 22 – Acúmulo de lixo na Avenida Ferreira Gullar



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Segundo o Sr. Claudio Costa, a Ilhinha não é abastecida com equipamentos de lazer e possui carências de serviços voltados principalmente para as crianças, como quadras esportivas, creches, playgrounds, entre outras opções de lazer. Durante a pesquisa foi possível observar também que as crianças improvisavam brincadeiras ao ar livre, nas ruas

No que diz respeito a áreas verdes, a Ilhinha também possui carências. Durante a realização desta pesquisa o único local onde foi verificada arborização foi a praça Botafogo, que como mencionado anteriormente, até a data da finalização deste trabalho encontrava-se desativada. A grama estava sem poda, tomada por ervas invasoras. A praça possui muitas árvores de grande porte, o que contribui para a melhoria da qualidade ambiental deste espaço público, contudo o espaço não apresentava condições adequadas para o uso dos moradores, tendo como função social apenas o uso para caminhada.

Figura 23 – Calçamento da Avenida Ferreira Gullar, 2022



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Figura 24 – Crianças brincando em uma rua na Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Diante do exposto, o que se observa no cenário atual da Ilhinha é uma precarização dos serviços e equipamentos urbanos, ausência de serviços que proporcionem qualidade de vida e bem-estar, carência de áreas de lazer, além de ausência de áreas verdes.

A Ilhinha avançou em alguns aspectos no decorrer da história, diante de muitas lutas socioespaciais pelo direito de “morar”, contudo há muito ainda a para ser garantido a essa comunidade, no que diz respeito a políticas públicas essenciais a vida.

5.1 Aplicação da entrevista semiestruturada

O local desta pesquisa constitui-se a Ilhinha, São Luís - Maranhão, onde foram mapeadas as áreas consideradas vazios urbanos, contudo, devido a pandemia instaurada pelo novo Coronavírus, as entrevistas foram realizadas de forma híbrida, online por meio pela rede social WhatsApp, acompanhado de visitas a comunidade para coleta de algumas informações, quando necessário.

Atenta-se que no interior da Ilhinha várias outras comunidades adjacentes se desenvolveram, entre elas: Vila Jumento, Vila Portelinha, Residencial da Jansen, Vila Nova, todas consideradas áreas de ocupação desordenada.

Participaram da pesquisa sujeitos que ocupam papéis de lideranças comunitárias na Ilhinha, que fazem parte da Associação de Moradores da comunidade, assim como, moradores antigos que fizeram parte da construção da história local, moradores que tem conhecimento acerca da dinâmica socioespacial,

residentes nas áreas mapeadas como vazios urbanos. A amostra de entrevistas foi de 10 pessoas, que tinham conhecimento acerca das maiores necessidades da comunidade, dificuldades enfrentadas, conhecimento acerca da memória da Ilhinha.

Os métodos utilizados como os de observação direta, buscaram a idealização da atuação das pessoas em relação ao espaço público, verificando como cada grupo se comporta, analisando os conflitos do local que está sendo estudado.

A observação indireta foi utilizada como ampliação das formas de leitura para ter-se um melhor esclarecimento sobre o local, como o levantamento fotográfico, com a finalidade de compreender o logradouro, registrando o grau de manutenção e conservação dos equipamentos, incluindo também a arborização do local e as atividades realizadas pelos indivíduos.

Entre as maiores dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa destaca-se a falta de tempo dos moradores para responder a entrevista semiestruturada, em sua maioria trabalhadores de turno integral, ou pessoas que saíam de casa cedo para fazer “bicos” e só retornavam para casa à noite.

Entre as facilidades observadas nesta etapa da pesquisa pode ser mencionado o presidente da associação dos moradores da comunidade local, o Sr. Claudio Costa que autorizou e concordou com a realização desta pesquisa (APENDICE C) e se prontificou a facilitar a realização de todas as entrevistas, realizando a mediação entre a pesquisadora e os moradores e sensibilizando-os quanto a importância desta pesquisa, no que diz respeito a contribuir para a construção da história de lutas socioespaciais e memória da Ilhinha.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada (APENDICE A) com perguntas sobre dados pessoais, dinâmica socioespacial da Ilhinha, rotina diária dos moradores, desafios socioespaciais, perspectivas futuras da comunidade, assim como o conhecimento acerca da Permacultura. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (APENDICE B).

O procedimento de análise dos resultados desta pesquisa será com foco no conteúdo da fala dos entrevistados coletadas por meio da entrevista semiestruturada. O procedimento far-se-á por meio de quatro momentos, a saber:

1º - Identificação dos participantes da pesquisa, no qual foi feito o contato inicial para esclarecimento da proposta de pesquisa junto aos participantes, bem como para

agendamento das entrevistas, após aprovação no Comitê de Ética da Instituição de Ensino Público Superior;

2º - Aplicação e gravação das entrevistas semiestruturadas;

3º - Transcrição das entrevistas semiestruturadas pela pesquisadora, como forma de auxiliar na elaboração dos resultados dessa pesquisa;

4º - Organização e agendamento para comunicação dos resultados desta pesquisa e agradecimento.

Dentre a amostra de entrevistados, quatro eram homens e seis mulheres. Entre as ocupações foram mencionados trabalhos autônomos, trabalhadoras do lar, ou trabalhos realizando “bicos” de forma esporádica. Foi mencionado que alguns moradores não trabalhavam e viviam “de doações” e “ajuda” de outras pessoas.

A rotina diária dos moradores foi exemplificada por meio de rotina laboral iniciada cedo, por meio de trabalhos autônomos como vendedores ambulantes na praia da Ponta D’areia, trabalho como artesãos, conversas na porta de casa e saídas para a “pracinha para conversar”.

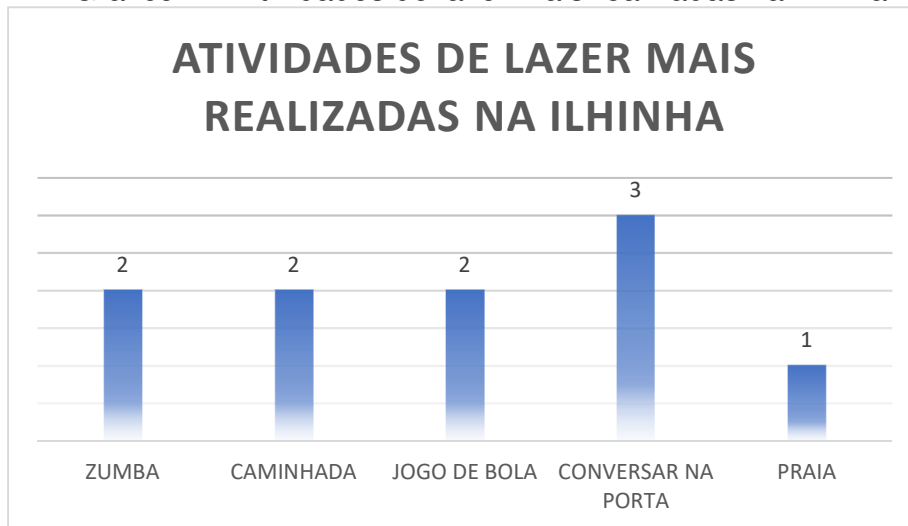
Sobre a existência de áreas verdes na Ilhinha oito moradores mencionaram a inexistência de áreas verdes nesta comunidade, enquanto dois mencionaram que existiam “algumas plantas, que foram plantadas pelos próprios moradores, na avenida”, conforme relatado pelo Sr. Marcio e o outro participante, a Sra. Jacira se referiu a arborização existente na Praça Botafogo, mas lembrou que “ninguém” frequentava essa praça. Sobre esta praça a senhora Jacira comenta “A Praça Botafogo, desde quando eu era pequeninha ia com meus pais, hoje em dia tá abandonada”

Sobre a existência de espaços de lazer, oito dos entrevistados relataram a praça localizada no início da Avenida Ferreira Gullar, como a única opção de lazer existente na Ilhinha. Apenas dois mencionaram a praça Botafogo como opção de lazer, mas que não faziam uso destas. Observa-se que mesmo a Praça Botafogo sendo localizada na Ilhinha, nenhum morador demonstrou sentimento de pertencimento, interesse no uso deste espaço, além de destacarem em entrevista que a praça se encontrava em situação de abandono e más condições de uso.

Entre as principais atividades de lazer realizadas pelos moradores, dois relataram atividades de Zumba, dois relataram como atividade a caminhada, dois relataram a atividade de jogo de bola na rua, enquanto três relataram como atividade

de lazer, conversar na porta de casa e um mencionou a ida para a Praia da Ponta d'Areia (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Atividades de lazer mais realizadas na Ilhinha

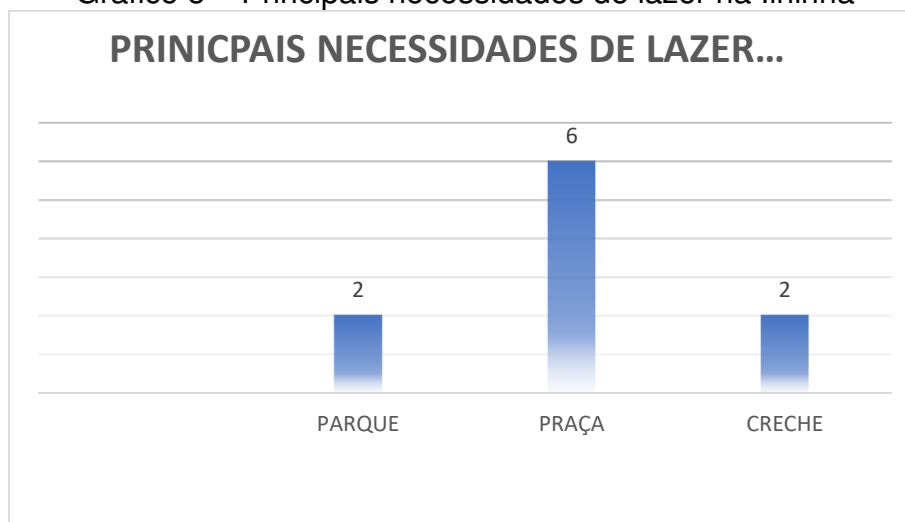


Fonte: Elaborado pela autora, 2022

No que diz respeito aos principais problemas enfrentados pelos moradores da Ilhinha no acesso a espaços de convívio e lazer, quatro moradores relataram dificuldades relacionadas a ausência de áreas de lazer para crianças, cinco moradores manifestaram a grande quantidade de lixões existentes no local sendo um dos principais desafios enfrentados. A manutenção dos equipamentos urbanos também foi relatada por uma moradora como um problema relacionado ao acesso a espaços de lazer “Os brinquedos estão todos quebrados, tudo sujo” relata a Sra. Edimari. “Aqui não tem um espaço pra criança poder sair de tardinha pra poder brincar”, relata também a Sra. Lucicleia.

Entre as maiores necessidades no que diz respeito a áreas de lazer e convívio foi relatada a necessidade de creche para as crianças por duas moradoras, pois a única localizada na Ilhinha, além de não suprir a demanda local, ainda era um serviço privado. A necessidade foi justificada pela Sra. Bianca devido à dificuldade dos pais terem que sair para trabalhar, com filhos pequenos em casa. A ausência de parques também foi mencionada por dois moradores como uma atividade necessária e inexistente na comunidade. A ausência de praça também foi mencionada por seis entrevistados como uma necessidade dos moradores (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Principais necessidades de lazer na Ilhinha



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Neste item da entrevista semiestruturada, pode ser analisado o grande número de moradores que identificaram a necessidade de uma praça para uso de convívio e lazer entre eles, como uma carência na Ilhinha. A comunidade mostrou por meio dos relatos durante a pesquisa que a Ilhinha não recebia investimento público algum no que diz respeito a áreas de lazer e/ou recreação para os moradores.

No que concerne ao conhecimento acerca da Permacultura, a maioria dos entrevistados mostrou conhecimento e necessidade sobre a atividade, mas ausência de conhecimento do termo. Apenas um entrevistado afirmou conhecer o termo, oito afirmaram não saber e um afirmou que já tinham ouvido falar.

Sobre a prática da Permacultura como requalificação do espaço, duas moradoras mencionaram que a atividade seria eficaz para evitar acúmulo de lixo nas áreas onde essa situação era crítica. “Se alguma coisa fosse feita nesses lixos, isso era até bom pra saúde da gente”. A Sra. Lucicleia relatou que esta prática já foi tentada ser implementada na Ilhinha, como forma de “barrar o acúmulo de lixo nas áreas residuais. “A gente plantou vários pés de coco aqui perto na avenida pra eles não jogarem mais lixo, mas já tá cheio de lixo de novo”.

Quando questionado sobre a possibilidade da Permacultura requalificar as áreas subutilizadas na Ilhinha, quatro moradoras opinaram que seria de grande utilidade para impedir o surgimento e crescimento dos lixões neste local, tendo em vista que estes se desenvolviam em grande quantidade. Ademais, dois entrevistados mencionaram que a Permacultura seria uma oportunidade de renda para os

moradores, por meio da realização de feiras e comercialização dos produtos plantados por eles. Os demais moradores não souberam opinar sobre este item da pesquisa.

Entre as memórias mais antigas da Ilhinha pelos moradores, foi possível observar a precariedade em relação ao período do seu surgimento, conforme relata o Sr. Claudio “Lembro das casas cheias de lama, aqui tudo era lama, as casas tudo feita de taipa. Quando chovia alagava tudo”.

Sobre a existência de conflitos espaciais, a Sra. Cecilia relatou que haviam conflitos nas áreas onde eram localizadas as palafitas (Figura 25). “Já tentaram tirar muito o povo de lá, eles tiram, as pessoas vão pra casa de parentes mas voltam, porque não tem onde ficar”. Uma moradora relatou que algumas pessoas da Ilhinha estão tentando conseguir terrenos para construir casas, mas não conseguiram sucesso na legalização.

Figura 25 – Palafitas, Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Destarte, observou-se durante a realização da entrevista semiestruturada que a comunidade tinha conhecimento acerca do histórico de lutas e das suas necessidades, sabendo expô-las de forma clara, por meio dos problemas enfrentados, desafios, reatando possíveis soluções para estes.

5.2 A comunidade da Ilhinha diante da Requalificação Urbana

A Ilhinha possui áreas livres em situação de precarização significativa em diversos locais observados durante essa pesquisa, contudo, as três áreas mapeadas nessa pesquisa (zona 01, 02 e 03) possuem potencial significativo para serem

requalificadas por meio da Permacultura, devido uma boa arborização existente, que, se bem aproveitada, pode proporcionar uma melhoria da qualidade ambiental e áreas que possuem uma oferta de serviços de lazer (academia, playground), contudo, precisam de manutenção.

Conforme entrevistas realizadas, foram observados que uma das maiores carências da Ilhinha diz respeito a existência de áreas verdes para fins de lazer, e claro, para melhoria do microclima e qualidade ambiental da paisagem local (Figura 26).

A comunidade demonstrou necessidade de áreas verdes e inclusive foi relatado que alguns moradores tentavam alcançar esse conforto ambiental por meio do plantio de árvores nas avenidas, por iniciativa deles, nas portas das suas casas, em terrenos subutilizados.

Figura 26 – Praça Botafogo, Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

A carência de áreas verdes também é acompanhada da carência por áreas de convívio, como praças e playgrounds. Nas visitas realizadas a Ilhinha foi possível verificar em algumas ruas a tentativa dos moradores em proporcionar a qualidade ambiental e social que a praça proporciona por meio do imprevisto de pequenos espaços públicos para jogos e relaxamento, com árvores plantadas pelos próprios moradores e mobiliários instalados também por estes nas portas das suas casas (Figura 27 e Figura 28).

É válido ressaltar que os espaços públicos que podem proporcionar bem-estar a população usuária, ainda são pouquíssimos em São Luís, ao ponto de quando

identificado um espaço público que oferta qualidade ambiental e social, a população de outras áreas se desloca para o logradouro, para usufruir dos seus serviços, devido à ausência desses espaços na sua comunidade.

Figura 27 – Moradores jogando jogos de tabuleiro embaixo de uma árvore, Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Figura 28 – Praça improvisada pelos moradores, Ilhinha



Fonte: Acervo fotográfico da autora, 2022

Segundo Robba (2002, p. 3), “A praça é um elemento urbano. Foi sempre celebrada como um espaço de convivência e lazer dos cidadãos”. Foi notória a necessidade da comunidade por esse equipamento urbano, como forma da melhoria da qualidade de vida.

O estudo acerca das áreas subutilizadas da Ilhinha permitiu a identificação das características de uso e ocupação da única praça existente, manutenção e conservação dos equipamentos, bem como o grau de satisfação dos usuários, contudo, depois de realizadas as entrevistas, foram observadas carências e principais necessidades pelos relatos dos moradores, desafios enfrentados no que diz respeito ao acesso a áreas verdes e espaços de convívio e seus equipamentos.

No que diz respeito a Permacultura como alternativa de requalificação das áreas subutilizadas, os entrevistados demonstraram interesse nesta proposta e alguns mencionaram experiência em plantio de espécies comestíveis nas áreas de maior incidência de lixo. Atenta-se que foi observado que a comunidade ainda precisa de esclarecimento técnico acerca deste assunto, de modo que seja explanado sobre os benefícios e metodologias que podem ser aplicadas na Ilhinha. Não foi constatado sentimento de pertencimento dos entrevistados pelos espaços públicos que ocupam o lugar, e sim desapontamentos e queixas no que diz respeito a ausência de áreas que pudessem proporcionar mais conforto, lazer e convívio social para os moradores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explanar acerca da requalificação de áreas subutilizadas é acima de tudo discutir sobre o quão importante é entender que esses espaços públicos devem cumprir com sua função social a serviço da sociedade.

A população cada vez mais demanda por espaços de convívio que consigam superar o desgaste oriundo da rotina diária, espaços que sejam inclusivos e que despertem um sentimento de pertencimento àquele que o utiliza.

Nas periferias dos grandes centros urbanos, o que se identifica é uma ausência de acesso a serviços básicos e de políticas públicas indispensáveis para a vida. Dessa forma, o lazer, qualidade de vida, espaços de convívio, mobilidade urbana, qualidade ambiental e acessibilidade vão sendo esquecidos e até mesmo considerados não necessários a população de menor poder aquisitivo.

A proposta de requalificação de áreas subutilizadas na Ilhinha e adjacências trouxe essa discussão à tona, tendo em vista que é necessário que a sociedade e o poder público compreendam e sejam sensibilizados acerca da importância dos benefícios dessas áreas na vida das comunidades, sobretudo, a de menor poder aquisitivo.

A Permacultura, uma prática tão abrangente como já mencionado neste trabalho, é uma alternativa para requalificar essas áreas ociosas e que na maioria das situações possui algum potencial relevante, como explanados nesta pesquisa. Ela busca não só manter ecossistemas ativados no campo e na cidade, como também planejar ambientes humanos mais sustentáveis e em pleno equilíbrio com a natureza.

Importante ressaltar que a manutenção desse equilíbrio entre o homem e natureza depende da ação do homem diante dos recursos naturais disponíveis. As vantagens dessa proposta são muitas, que vão desde a possibilidade de usufruir da terra sem desperdício, até, requalificar paisagens degradadas ou que não oferecem utilidade a sociedade e que perpassam pela necessidade do homem em manter-se em contato com a natureza por meio de estratégias biofílicas que lhe proporcionem saúde e melhor qualidade de vida na cidade.

Requalificar espaços ociosos requer muito estudo social, espacial, econômico geográfico, técnica e cautela, tendo em vista que esses espaços serão utilizados por pessoas e devem atender as necessidades locais, respeitando suas vivências diárias, suas rotinas, demandas e necessidades.

É possível sim requalificar espaços mais humanos, planejados para pessoas, com qualidade ambiental urbana, sem busca desenfreada pela estética e forma, mas prioritariamente pela escala humana, como pregado pelo modelo do arquiteto Jan Gehl, respeitando as demandas diárias da comunidade e estimulando a permanência no espaço público. A função de requalificar não é apenas dar uma nova função ao espaço e proporcionar valor estético, é também melhorar o potencial paisagístico, econômico, social e espacial, ou seja, em harmonia com os pilares da Sustentabilidade.

A metodologia utilizada no projeto de requalificação da praça do ciclista, bem como da Horta do Ciclista condiz verdadeiramente com o papel do arquiteto no seu trabalho com a comunidade, haja vista que não basta apenas projetar para as pessoas, mas sim com a participação das pessoas, realizando uma escuta atenciosa e sensível sobre as questões individuais e particulares acerca da realidade sócio espacial do público que fará uso do serviço proposto. Observou-se nesta pesquisa por meio do relato dos participantes que a comunidade da Ilhinha já demonstrava um interesse em requalificar as áreas livres que não cumpriam com a função social, por meio da plantação de plantas e pés de coco, mesmo sem terem conhecimento técnico acerca da requalificação e da Permacultura, mas como solução ambiental para a

redução do acúmulo do lixo nessas áreas, um problema tão presente nesta região, que foi observado durante esta pesquisa.

Ao executar um projeto de requalificação é necessário que a sociedade participe ativamente, engajada nesse processo para que o espaço seja planejado condizente com a realidade deste público, para que ele não fique aquém do espaço que ocupará e fará uso.

Esses instrumentos podem ser a chave para um planejamento mais justo e democrático. Planejadores e usuários, poderiam por exemplo trabalhar juntos na elaboração de projetos para parques e praças, desenhando e planejando esses espaços (SERPA, 2009, p. 138).

O crescimento desordenado das cidades acompanhado pelo processo de urbanização afasta cada vez mais os seres humanos da natureza. No Brasil, os grandes centros urbanos caminham sem planejamento ambiental, ignorando sobretudo as áreas verdes que garantem a qualidade de vida, fazendo com que as pessoas fiquem à margem do espaço que ocupam, sem se sentirem pertencentes a ele. Vemos na atualidade a necessidade do ser humano viver a Biofilia na sua rotina diária, seja em casa, no trabalho, no lazer, como forma de melhorar sua qualidade de vida.

O sentimento de pertencimento e participação da comunidade no espaço que ocupa é uma etapa necessária no processo de requalificação de áreas. A área após requalificada agrega valor econômico, social, ambiental, além da valorização fundiária.

Os espaços públicos desempenham bem mais que uma função cultural, mas como também um papel social na vida da população usuária. Com a ausência de espaços públicos abertos que proporcionem uma qualidade de vida satisfatória e adequada às pessoas, tornou-se necessário o estudo e avaliação de áreas já existentes, com intuito de diagnosticar os problemas existentes nos logradouros e como podem ser requalificados.

Nesta pesquisa foi possível observar tais problemáticas, por meio do relato dos participantes. Ao mesmo tempo que se observou que a comunidade gosta de morar na Ilhinha, por meio de relatos explanando como o bairro evoluiu, que hoje é um lugar calmo, não foi observado sentimento de pertencimento ao bairro, nem tampouco prazer em fazer uso dos espaços públicos.

Explana-se que os problemas da área foram mais ressaltados em entrevista do que a rotina, modos de vida, e a forma de usos dos poucos espaços públicos existentes para convívio social. Os desafios enfrentados pela comunidade também foram bastante mencionados em forma de queixas e desapontamentos.

Sobre o conhecimento acerca da requalificação, foi observado um conhecimento empírico, oriundo do processo de observação e vivências diárias, como forma de melhorar a qualidade de vida na comunidade, exposta por meio do improvisado de praças, campo de futebol e o plantio de vegetações paisagísticas e comestíveis, na tentativa de diminuir o acúmulo de lixo em várias áreas. Não foi observado conhecimento teórico e técnico acerca da Permacultura, nem tampouco da Requalificação urbana, contudo foi identificado pelo relato dos moradores, a consciência de necessidade da Permacultura durante entrevista.

A população demonstrou conhecimento acerca das suas necessidades básicas, conforme informações coletadas, assim como da situação em que se encontrava o seu logradouro, por meio do uso (quando possível) e observação.

É importante que se tenha uma conscientização de que as áreas públicas destinadas ao lazer precisam ser projetadas e planejadas de acordo com as necessidades da população usuárias, respeitando suas individualidades e particularidades específicas em cada área. Pensar em um logradouro que desperte um sentimento de pertencimento da população que o utiliza é planejar um espaço de lazer e sociabilização para uso das pessoas.

A requalificação Urbana por meio da Permacultura caminha de mãos dadas com a Sustentabilidade e uma estratégia verdadeiramente Sustentável deve ser boa para a economia, para o planeta e para as pessoas, contemplando necessariamente os três pilares, de forma concomitante.

O compromisso da requalificação urbana é bem mais do que agregar beleza ao espaço, mas também requalificar realidades socioespaciais e garantir políticas públicas essenciais à vida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Movimentos sociais fazem manifestação por moradias no centro do Rio de Janeiro**. [Brasília, DF: s.n.], 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ALCÂNTARA JR, Marcio Rodrigo da Silva Pereira José O. **A mobilidade e a expansão territorial na cidade de São Luís, MA: um novo paradigma social na ocupação do espaço urbano**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 19, n. 40, pp. 977-998, set/dez 2017

AZEVEDO, Aroldo de. São Luiz do Maranhão (primeiros estudos). **Anais da AGB**, São Paulo, v. 5, t. 1, p. 25-40, 1950.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BACKES, Toni. **Neuropaisagismo: conceitos filosóficos e ecológicos dos jardins regenerativos e vibracionais/ 1ª edição**. Nova Petrópolis, RS, 2020. 288 p.

BELGIOJOSO, A. B. **Qualita dela Citta e progettazione Urbana**. Milão: Mazzotta, 1990.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é e o que não é**. 5ª ed. Revista e ampliada – Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

BOGÉA, Marina Liz Freire. **Habitação de interesse social para a Vila Jumento: proposta de integração social no bairro do São Francisco, São Luís/MA**. Monografia. Or. Raíssa Muniz Pinto. São Luís: Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, 2016.

BORDE, A. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. 2006. Tese (Doutoramento em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de junho de 2021.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2. ed. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CICLOVIVO. **Horta a 60 metros de altura é cultivada em plena Avenida Paulista**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/horta-60-avenida-paulista/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COSTA, Fernando Rodrigo Silva. **Revitalização de espaços públicos: os casos do High Line Park em Nova York e do minhocão em São Paulo**. 2020. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2020.

CURVELO-MATOS, Heloisa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2014.

DUARTE, Flavio. **Planejamento urbano**. Curitiba: Ibpex, 2005.

ECOTELHADO. **Bill Molisson, o pai da Permacultura**. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <https://ecotelhado.com/bill-mollison-o-pai-da-permacultura/#:~:text=Reconhecido%20com%20diversos%20pr%C3%AAAmios%2C%20entre,insens%C3%ADvel%20e%20equivocada%20que%20temos>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FEITOSA, A. C. **A evolução morfogenética do litoral norte da Ilha do Maranhão**. 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERNANDES, I. N. C. C. **Requalificação do espaço público urbano: Caso de estudo - Bairro do Olival de Fora**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) - Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5290/1/TESE_DEFINITIVA.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, Antônio Jose de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado, presente: há futuro**. São Luís: EDUFMA, 2014.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRUN, M. A importância dos lugares na Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, v. esp., p.1-12, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3384/2030>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GUIMARÃES, R. Ecopolítica em Áreas Urbanas: A Dimensão Ecopolítica dos Indicadores de Qualidade Ambiental. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Qualidade de Vida Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1984. p. 21- 51. (Série Debates Urbanos).

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Alcan, 1925. E *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HENDERSSON, Daniele Freitas. **Permacultura**: as técnicas, o espaço, a natureza, o homem. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

HOLMGREN, D. **Permacultura**: princípios e caminhos além da sustentabilidade. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

HOLMGREN, David. **Os fundamentos da permacultura**. Versão resumida em português (Brasil). Tradução Alexander Van Parys e Amantino Ramos de Freitas. Ecosystemas Design Ecológico, 2007. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

IBGE, **Cidades**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em 20 dez. 2021

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc). **Boletim de conjuntura econômica maranhense** – 4º Trimestre de 2021. Disponível em <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/531>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960**. An. mus. paul. [Online]. 2016, vol.24, n.1, pp.99136.ISSN0101-4714.Disponível em <https://doi.org/10.1590/198202672016v24n0104>. Acesso em: 10 jun. 2021.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008. (Original publicado em 1968).

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, cidades inteligentes**: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LOPES, José Antonio Viana (org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MARTINS, Gabriela Souza. **São Luís moderna e contraditória**: resistência e permanência na Ilhinha e Ponta d'Areia. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; Guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, NERU, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MESQUITA, Ruy Ribeiro de. Plano de expansão da cidade de São Luís. *In*: COSTA, Lucio. **Acervo Digital**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Carlos Jobim, 1958. Disponível em <https://www.jobim.org/lucio/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MOLLISON, B.; SLAY, R M. **Introdução a Permacultura**. Tradução André Soares. Brasília, DF: MA/SDR/PNFC, 1999.

MOREIRA, G. 2007. **Requalificação Urbana** – Alguns Conceitos Básicos. Revista Artextos nº 5. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>. Acesso em: 11 mar. 2022.

MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J. A Revitalização Urbana: contributos para a Definição de um Conceito Operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12/13, p. 15-34, 2006. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3428>. Acesso em: 15 nov. 2020.

NUCLEO GEOAMBIENTAL DA UEMA, **Mapa de São Luís**. 2017. Disponível em <https://www.nugeo.uema.br/?p=11034>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PACHECO, João Batista. O Conceito Geográfico de Bairro: uma aplicação à questão do sítio Campinas/Basa e da Ilhinha. *In*: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís - MA: UFMA, v. 5, n. ½, p. 90 – 104, jan. / dez. 2001.

PEREIRA FILHO, Walber da Silva *et al.* Marluce Wall de Carvalho Venancio, Hugo José Abranches Teixeira Lopes Faria, Saulo Ribeiro dos Santos. Análise histórica e urbana de contrastes em áreas residenciais brasileiras: o caso da Península da Ponta D'areia e Ilhinha em São Luís (MA) e a região do Pina e Brasília Teimosa em Recife (PE). *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 8., 2018. **Anais eletrônicos** [...] Lisboa: DEC, Pluris, 2018. Disponível em: <https://www.dec.uc.pt/pluris2018/Paper623.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro** [recurso eletrônico] 2ª edição, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. Public Squares in Brazil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, p. 9-25, 2º sem. 2004.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, Leticia; VENTURI, Marcelo. **O que é Permacultura**. Florianópolis, SC: UFSC, 2021. Disponível em <https://permacultura.ufsc.br/o-que-e-permacultura/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª ed, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3). 2011.

SÃO LUÍS. Instituto da Cidade. **São Luís em dados**, 2009. Disponível em: <https://saoluis.ma.gov.br/arquivodacidade/pagina/3476>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Metropolização, pobreza e exclusão social. **Revista Ágora**, Vitória, n. 7, p. 1-12, 2008.

SAMANIOTTO Costa, Carlos, Loupa Ramos, Isabel. 'Lisboa Verde - Grünkonzept der Stadt Lissabon'. Stadt und Grün, 4, 2009, p. 50-57.

SOLÀ-MORALES, I. de. Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades. *In*: CONGRESO DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS, 1., 1996, Barcelona. **Anales** [...] Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya/Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 136 p. (Coleção Paradidáticos; série sociedade, espaço e tempo). ISBN 85-7139-553-5.

SPINELI-ARAÚJO, Luciana. et. al. Gustavo Bayma Siqueira da Silva; Fábio Enrique Torresan; Daniel de Castro Victori; Luiz Eduardo Vicente; Edson Luis Bolfe; Celso Vainer Manzatto. **Conservação da biodiversidade do estado do Maranhão**: cenário atual em dados geoespaciais. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2016.

TELLES, G. Ribeiro; Magalhães, Manuela Raposo; Alfaiate, M. Teresa, (1997),

VADEBIKE. **Veja como ficará a Praça do Ciclista após a reforma**. [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <https://vadebike.org/2019/01/reforma-praca-do-ciclista-revitalizacao/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

VAN VEENHUIZEN, R. **Cities Farming for the Future**: Urban Agriculture for Green and Productive Cities. Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction and ECT Urban Agriculture, 2006.

VARGAS, H. C. Qualidade Ambiental Urbana: em busca de uma nova ética. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - O DESAFIO URBANO REGIONAL BRASILEIRO: QUE PROPOSTA PARA A PRÓXIMA DÉCADA, 3., 1999. **Anais** [...] Porto Alegre: Anpur, Porpur, UFRG, 1999.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Roteiro para entrevista semiestruturada da pesquisa “**ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO**: A Requalificação por meio da Permacultura, como alternativa de sustentabilidade ambiental, a ser aplicada com pessoas do bairro Ilhinha.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Gênero:

Raça/Cor:

Profissão:

ENTREVISTA

- 1- Ha quanto tempo você reside na Ilhinha ?
- 2- Onde você morava antes e porque mudou para a Ilhinha?
- 3- Qual a memória mais antiga que você tem da Ilhinha?
- 4- Como é a vida cotidiana dos moradores da Ilhinha?
- 5- Quais os espaços de socialização existentes na Ilhinha?
- 6- Quais as áreas verdes existentes na Ilhinha?
- 7- A comunidade enfrenta algum tipo de desafio no que diz respeito a espaços de convívio? Qual?
- 8- Qual a maior necessidade da comunidade no que diz respeito a espaços de convívio/lazer?
- 9- Quais as atividades de lazer realizadas pela comunidade?
- 10- A comunidade enfrenta algum tipo de conflito espacial?
- 11- Você tem conhecimento sobre Permacultura?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
SOCIEDADE MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar o (a) senhor (a) _____ a participar como voluntário (a) da pesquisa sobre **ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO**: a requalificação por meio da Permacultura. A Pesquisa tem como objetivo analisar a relevância da requalificação de áreas subutilizadas na Ilhinha, em São Luís, Maranhão, por meio da Permacultura, de forma a sensibilizar a comunidade local, considerando as finalidades de convivência social, geração de renda e qualidade ambiental, como uma alternativa de sustentabilidade ambiental. A Pesquisa se destina a ser realizada com pessoas que ocupam papéis de lideranças comunitárias na Ilhinha, fazem parte da Associação de Moradores da comunidade, moradores antigos que fizeram parte da construção da história do bairro, moradores que tem conhecimento acerca da dinâmica sócio espacial, residentes nas áreas mapeadas como vazios urbanos. Assim, caso o (a) senhor (a) aceite participar desta pesquisa, serão feitas as seguintes atividades com você:

- 12- Ha quanto tempo reside na Ilhinha
- 13- Onde morava antes e porque mudou para a Ilhinha
- 14- Qual a memória mais antiga que tem da Ilhinha
- 15- Como é a vida cotidiana dos moradores da Ilhinha
- 16- Quais os espaços de socialização existentes na Ilhinha
- 17- Quais as áreas verdes existentes na Ilhinha
- 18- A comunidade enfrenta algum tipo de desafio no que diz respeito a espaços de convívio
- 19- Qual a maior necessidade da comunidade no que diz respeito a espaços de convívio/lazer
- 20- Quais as atividades de lazer realizadas pela comunidade

21- A comunidade enfrenta algum tipo de conflito espacial

22- Você tem conhecimento sobre Permacultura e como ela pode contribuir para requalificar áreas?

Esta pesquisa tem como risco a sensação de incômodo relacionada às perguntas que serão feitas. Contudo, caso queira, o (a) senhor (a) pode deixar de responder as questões, bem como as responde em outro momento, se achar necessário, após um breve conhecimento sobre o assunto se achar melhor contribuir desta forma. Tenha ciência que todas as informações passadas não serão identificadas resguardando-o de qualquer situação desconfortável causada pelo dado de sua opinião. Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: Este trabalho poderá ser protocolado junto aos órgãos públicos e secretarias específicas que tratam do espaço urbano da Ilhinha, como tentativa de sensibilização do poder público, no que diz respeito a requalificação de áreas subutilizadas existentes na Ilhinha; Esclarecimento para a comunidade acerca da requalificação de áreas subutilizadas por meio da Permacultura e da melhoria da qualidade ambiental, econômica e social do bairro.

Para participar deste estudo o (a) senhor (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso a participação na pesquisa traga gasto com transporte, alimentação, dentre outros, deve ser previsto um ressarcimento financeiro que deverá ser calculada de acordo com gastos reais do participante. E que o fato de não participar não trará qualquer penalidade, assim como terá acesso a qualquer informação sobre a pesquisa, caso deseje, estando os resultados da mesma forma a disposição quando finalizada. Saiba que a Pesquisa oferece total sigilo e confidencialidade das informações coletadas e o (a) senhor (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação produzida com dados deste estudo.

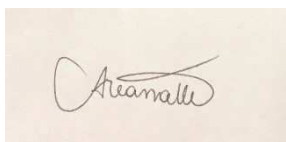
Se o (a) senhor (a) sofrer qualquer insulto, agravo ou consequência negativa resultante da sua participação nesta pesquisa, ou se acreditar que não tenha sido tratado razoavelmente, os pesquisadores garantem indenizá-lo pelo prejuízo causado, podendo entrar em contato com os pesquisadores responsáveis por esta pesquisa (listados abaixo) em horário comercial, no período de 8 h às 12 h e de 14 h às 18 h.

Caso tenha dúvidas em relação aos procedimentos éticos de pesquisas realizadas com seres humanos, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), para o qual este Estudo foi enviado para fins de análise ética. Os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para garantir a proteção dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) fica localizado na Rua Barão de Itapary, nº 227, quarto andar, Centro, São Luís, Maranhão, CEP 65.020-070 e tem o seguinte contato telefônico: (98) 2109 1250.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores e a outra será fornecida ao senhor (a). Os dados coletados no Estudo ficarão arquivados com os pesquisadores por um período de cinco anos. Decorrido este tempo, os documentos serão devidamente avaliados e terão, em seguida, sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. A sua aceitação em participar desta pesquisa implicará na sua rubrica em todas as páginas e na sua assinatura na última página deste termo.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

São Luís, ____ de ____ de 2021



Pesquisadora Responsável



Orientador Participante

Identificação dos Pesquisadores Responsáveis:

Ariana Kelly Martins Costa

Endereço: Centro de Ciências Humanas - CCH, Térreo, Bloco 02, Av. dos Portugueses, n. 1966, Cidade Universitária, Bacanga.

Contato: (98) 99966 9495

E-mail: arianakellymc84@gmail.com

Antonio Cordeiro Feitosa

Geografo e Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão.

Endereço: Centro de Ciências Humanas - CCH, Térreo, Bloco 02, Av. dos Portugueses, n. 1966, Cidade Universitária, Bacanga.

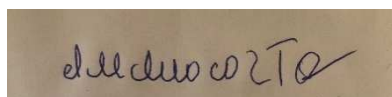
E-mail: acfeitos@gmail.com

APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESPORTIVA
CULTURAL DA VILA PORTELINHA - ABEC**

São Luís, 14 de abril de 2021

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, CLAUDIO COSTA, Presidente da Associação Beneficente Esportiva Cultural da Vila Portelinha – ABEC, venho por meio desse informar que autorizo a pesquisadora Ariana Kelly Martins Costa, discente do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult, Mestrado Interdisciplinar, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, a realizar/ desenvolver a pesquisa intitulada “**ÁREAS SUBUTILIZADAS NA ILHINHA, SÃO LUÍS-MARANHÃO: A Requalificação por meio da Permacultura, como alternativa de sustentabilidade ambiental**”, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa, nesta comunidade da Ilhinha.

**CLAUDIO COSTA**

Presidente da Associação Beneficente
Esportiva Cultural da Vila Portelinha – ABEC